

**Universidade de Brasília  
Instituto de Ciência Política**

**O CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO:**

**A AÇÃO PARLAMENTAR DAS SENADORAS NO CONGRESSO NACIONAL  
(1987 – 2003)**

**Fabrcia Faleiros Pimenta**

**Brasília  
2006**

## **O CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO:**

### **A AÇÃO PARLAMENTAR DAS SENADORAS NO CONGRESSO NACIONAL (1987 – 2003)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Marilde de Loiola Menezes

**Fabírcia Faleiros Pimenta**

**Brasília  
2006**

**Universidade de Brasília  
Instituto de Ciência Política**

**Fabrcia Faleiros Pimenta**

**O CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO:**

**A AÇÃO PARLAMENTAR DAS SENADORAS NO CONGRESSO  
NACIONAL**

**(1987 – 2003)**

Dissertação aprovada em 03 de Abril de 2006 para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Marilde de Loiola Menezes – IPOL - UnB

---

Prof. Dr. Paulo Nascimento – IPOL - UnB

---

Profa. Dra. Sônia Ranincheski – CEPAC - UnB

## ERRATA

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
9	1	foi em cinco	foi dividida em cinco
9	9	explicativos da para a	explicativos para a
11	8	é possível se estudar	é possível estudar
14	10	elaboramos um estudo	foi elaborado um estudo
21	1	as conseqüências para	as conseqüências desta para
30	6	Senadora	senadora
34	7	Vereadora	vereadora
34	14	classificados	classificadas
36	15	Senadora	senadora
39	10	2007	2007,
42	2	1945	1945,
42	5	Vereadora	vereadora
42	14	símbolos, com setores	símbolos, setores
46	3	Senadora	senadora
46	6	Interior) exerceu	Interior), exerceu
51	12	legislativas a	legislativas, a
55	5	Senador	senador
55	9	Senador	senador
57	7	abril	Abril
57	7	Senador	senador
69	11	foram	foram:
73	8	política, e	política e
76	1	SUS, do	SUS do
77	2	tabela 15	tabela 14
77	7	levantadas as	levantadas algumas das
86	13	outros	<i>outros</i>
91	2	p 93	p. 93

Ao meu pai que tanto se orgulhava de sua “filha de Brasília”.

À minha mãe pelo estímulo, carinho e compreensão.

À Profa. Dra. Marilde que acreditou no meu potencial e me incentivou para esta pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Embora uma dissertação seja – pela sua finalidade acadêmica – um trabalho individual, existem contribuições diversas que não podem e nem devem deixar de ser lembradas. Por essa razão, expresso os meus sinceros agradecimentos:

À minha orientadora, Profa. Dra. Marilde Menezes, pela confiança depositada, pelas contribuições pontuais e disponibilidade revelada ao longo do desenvolvimento deste trabalho, acreditando no meu potencial e incentivando para a pesquisa. Agradeço especialmente pelas críticas “tirânicas” e sugestões relevantes feitas durante a orientação, sempre indicando a direção a ser tomada nos momentos de maior dificuldade, interlocutora interessada em participar de minhas inquietações e co-autora em vários trechos;

À CAPES pela concessão de auxílio financeiro;

Ao meu pai que, infelizmente, não está comigo neste momento de intensa alegria. Deus o chamou para junto d’Ele há poucos meses, mas a saudade já é eterna;

À minha mãe e irmãs pelo apoio, carinho, amizade e compreensão de sempre;

Ao Adriano pela paciência, ternura, dedicação, incentivo e incansável apoio moral sempre manifestados apesar do 'débito' de atenção;

À Carmem sou grata pelo *abstract*;

À Bel pelos gráficos, estatísticas e revisões;

À todos os professores e funcionários do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço em especial à Profa. Dra. Diva do Couto Muniz, do Departamento de História, pela generosa ajuda nas “Histórias das Mulheres” e à Profa. Dra. Sônia Raninsheski pela “força” no projeto de pesquisa.

Por fim, um grande “obrigada” aos colegas do mestrado e aos amigos que estiveram presentes em momentos importantes e delicados, como Cláudio, Cynthia, Giovanna, Priscila e Regina.

*“Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito... Não somos o que deveríamos ser, mas, graças a Deus, não somos o que éramos”.*

*(Martin Luther King)*

## RESUMO

O objetivo desta investigação é fazer uma análise da ação política da bancada feminina no Senado Federal identificando, através de seus pronunciamentos e matérias legislativas, elementos indicadores da natureza de sua participação no campo da política brasileira. O referencial teórico deste trabalho será balizado pela teoria de Pierre Bourdieu (1930-2002), sobretudo através da investigação dos conceitos de campo político e *habitus*.

Espera-se que os resultados da pesquisa possam nos oferecer uma visão panorâmica das áreas de interesse da bancada feminina no Senado Federal analisando a existência de continuidades, descontinuidades ou mesmo rupturas entre tais interesses e as reivindicações históricas do movimento feminista no Brasil.

## **ABSTRACT**

The objective of this investigation is to do an analysis of the political action of the feminine bench in the Federal Senate identifying, through their pronouncements and legislative matters, indicative elements of the nature of her participation in the field of the Brazilian politics. The theoretical reference of this work will be beacon by Pierre Bourdieu theory (1930-2002), above all through the investigation of the concepts of political field and habitus.

It is waited that the results of the research can offer a panoramic vision of the areas of interest of the feminine bench in the Federal Senate analyzing the existence of continuities, discontinuities or even ruptures between such interests and the historical claims of the feminist movement in Brazil.

## LISTA DE TABELAS

1	Números de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Alacoque Bezerra	
	Segundo as Principais Temáticas.....	31
2	Números de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Benedita da Silva	
	Segundo as Principais Temáticas.....	33
3	Números de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Emília Fernandes	
	Segundo as Principais Temáticas.....	35
4	Números de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Eva Blay	
	Segundo as Principais Temáticas.....	38
5	Números de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Heloísa Helena	
	Segundo as Principais Temáticas.....	41
6	Números de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Júnia Marise	
	Segundo as Principais Temáticas.....	43
7	Números de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Luzia Toledo	
	Segundo as Principais Temáticas.....	45
8	Números de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Maria do Carmo Alves	
	Segundo as Principais Temáticas.....	47
9	Números de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Marina Silva	
	Segundo as Principais Temáticas.....	50
10	Números de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Marluce Pinto	
	Segundo as Principais Temáticas.....	52
11	Números de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Regina Assumpção	
	Segundo as Principais Temáticas.....	54

12	Números de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Sandra Guidi Segundo as Principais Temáticas.....	56
13	Números de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Thelma Siqueira Campos Segundo as Principais Temáticas.....	58
14	Temáticas apresentadas nos pronunciamentos e matérias legislativas das senadoras..	60
15	Tipos de matérias legislativas propostas por senadoras.....	63
16	Resultados das iniciativas parlamentares das senadoras por situação.....	65
17	Discursos e matérias legislativas propostos pelas senadoras segundo a filiação partidária.....	67
18	Distribuição das temáticas apresentadas nos pronunciamentos e matérias legislativas das senadoras (em relação ao total global) e PRESENTES na Plataforma Política Feminista.....	78
19	Distribuição das temáticas apresentadas nos pronunciamentos e matérias legislativas das senadoras (em relação ao total global) e AUSENTES na Plataforma Política Feminista.....	80

## LISTA DE GRÁFICOS

1	Distribuição da quantidade de senadores por sexo e legislatura.....	3
2	Distribuição da porcentagem dos pronunciamentos e matérias legislativas das senadoras por temáticas.....	59
3	Distribuição da porcentagem de matérias legislativas propostas pelas senadoras por espécies.....	63
4	Distribuição da porcentagem das senadoras por filiação partidária.....	66
5	Distribuição da porcentagem (em relação ao total global) dos pronunciamentos e matérias legislativas das senadoras segundo temáticas PRESENTES na Plataforma Política Feminista.....	78
6	Distribuição da porcentagem (em relação ao total global) dos pronunciamentos e matérias legislativas das senadoras segundo temáticas AUSENTES na Plataforma Política Feminista.....	81

## **LISTA DE QUADROS**

1	Ficha de análise dos pronunciamentos.....	7
2	Ficha de análise das matérias legislativas.....	8
3	Legenda das matérias legislativas.....	28

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- 1 AC – Acre
- 2 AL – Alagoas
- 3 AP – Amapá
- 4 ARENA – Aliança Renovadora Nacional
- 5 Art. – Artigo
- 6 AUS – Requerimento de Ausência
- 7 CDMB – Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira
- 8 CE – Ceará
- 9 CUT – Central Única dos Trabalhadores
- 10 DF – Distrito Federal
- 11 DIV – Diversos
- 12 ES – Espírito Santo
- 13 FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
- 14 GO – Goiás
- 15 MDB – Movimento Democrático Brasileiro
- 16 MFA – Movimento Feminista pela Anistia
- 17 MG – Minas Gerais
- 18 ONU – Organização das Nações Unidas
- 19 PDS – Partido Democrático Social
- 20 PEC – Proposta de Emenda à Constituição
- 21 PFL – Partido da Frente Liberal
- 22 PLC – Projeto de Lei Complementar
- 23 PLS – Projeto de Lei do Senado

- 24 PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- 25 PPB – Partido Progressista Brasileiro
- 26 PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileiro
- 27 P-SOL – Partido Socialismo e Liberdade
- 28 PRC – Partido Revolucionário Colombiano
- 29 PRN – Partido da Reconstrução Nacional
- 30 PRS – Partido das Reformas Sociais
- 31 PSB – Partido Socialista Brasileiro
- 32 PT – Partido dos Trabalhadores
- 33 PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
- 34 RJ – Rio de Janeiro
- 35 RQI – Solicitação de Informações ao Executivo e Judiciário
- 36 RQS – Requerimentos Diversos do Senado Federal
- 37 RN – Rio Grande do Norte
- 38 RR – Roraima
- 39 RS – Rio Grande do Sul
- 40 SC – Santa Catarina
- 41 SE – Sergipe
- 42 SF – Senado Federal
- 43 SP – São Paulo
- 44 TO – Tocantins
- 45 USP – Universidade de São Paulo

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>METODOLOGIA</b> .....	6
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE A POLÍTICA</b> .....	11
1.1 Campo Social.....	14
1.2 <i>Habitus</i> .....	17
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO SENADO FEDERAL</b> .....	21
2.1 A presença de mulheres parlamentares no Senado Federal.....	21
2.2 A sub-representatividade no legislativo federal.....	23
2.3 Temáticas apresentadas nos pronunciamentos e matérias legislativas.....	25
2.4 Perfil da bancada feminina no Senado Federal: 1987 – 2003.....	29
2.4.1 Alacoque Bezerra.....	30
2.4.2 Benedita da Silva.....	32
2.4.3 Emília Fernandes.....	34
2.4.4 Eva Blay.....	36
2.4.5 Heloísa Helena.....	39
2.4.6 Júnia Marise.....	42
2.4.7 Luzia Toledo.....	44
2.4.8 Maria do Carmo Alves.....	46

2.4.9 Marina Silva.....	48
2.4.10 Marluce Pinto.....	51
2.4.11 Regina Assumpção.....	53
2.4.12 Sandra Guidi.....	55
2.4.13 Thelma Siqueira Campos.....	57

### **CAPÍTULO 3**

<b>ANÁLISE GLOBAL DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS E POLÍTICAS DAS SENADORAS: 1987 – 2003.....</b>	<b>59</b>
3.1 Pronunciamentos e matérias legislativas.....	59
3.1.1 Análise das práticas discursivas.....	61
3.1.2 Análise das práticas políticas.....	62
3.2 Tipos de matérias legislativas propostas.....	62
3.3 Resultados das iniciativas parlamentares.....	64
3.4 Filiação partidária das senadoras.....	65

### **CAPÍTULO 4**

<b>OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E O CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO.....</b>	<b>68</b>
4.1 Um breve histórico do feminismo.....	68
4.2 Os movimentos feministas e o campo político brasileiro.....	69
4.3 Principais reivindicações da Plataforma Política Feminista.....	74

### **CAPÍTULO 5**

<b>A AÇÃO PARLAMENTAR DAS SENADORAS E OS MOVIMENTOS FEMINISTAS.....</b>	<b>77</b>
---	-----------

5.1 Temáticas presentes na Plataforma Política Feminista e nas ações parlamentares.....	77
5.2 Temáticas presentes na Plataforma Política Feminista e ausentes nas ações parlamentares.....	79

<b>CONCLUSÕES FINAIS.....</b>	<b>86</b>
-------------------------------	-----------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>88</b>
--	-----------

## INTRODUÇÃO

O conceito de democracia pressupõe a participação de diferentes segmentos da sociedade na deliberação das decisões a serem tomadas no campo político. Por isso, a participação das mulheres na vida política tornou-se tema importante nos debates concernentes ao desenvolvimento social, bem como sobre os processos de consolidação das mais variadas formas de democracias.

Uma das arenas políticas em que se busca o reconhecimento da igualdade de direitos para as mulheres é o Parlamento, já que cabe a ele legislar sobre as questões fundamentais e os interesses gerais da nação.

No Brasil, os debates decisivos sobre as políticas norteadoras da ação concreta dos governos são realizados nas Casas do Congresso Nacional. Assim, sua composição social constitui fator determinante e condicionador de seu posicionamento dentro de um determinado contexto histórico.

A participação política e a presença de mulheres no poder legislativo são fenômenos considerados recentes no cenário brasileiro e estão intrinsecamente ligados à expansão dos direitos de cidadania para segmentos outrora marginalizados do poder.

A representação feminina na política – enquanto estudo específico – adquiriu relevância a partir dos anos setenta devido aos avanços promovidos pelos movimentos feministas que contribuíram para legitimar este tema como objeto de reflexão acadêmica.

As manifestações que proporcionaram às mulheres o mais básico dos direitos políticos – o voto – iniciaram-se há mais de um século, à época da Constituição Republicana de 1890. Contudo, só em 1920 um grupo de mulheres pertencentes à elite, lideradas por Bertha Lutz, conseguiu certa visibilidade política ao participar de eleições e atividades partidárias.

Em 1927, Juvenal Lamartine – então governador do Rio Grande do Norte – aprovou uma lei eleitoral que permitia à mulher potiguar o direito de voto naquela unidade da federação. Este fato possibilitou, em 1929, a eleição de Alzira Soriano pelo Partido Republicano como a primeira prefeita do Brasil e da América do Sul no município de Lages (RN).

O Senado Federal só contou com a presença feminina em 1980, ou seja, quase 100 anos depois de proclamada a República e, assim mesmo, em consequência do falecimento de um de seus membros.

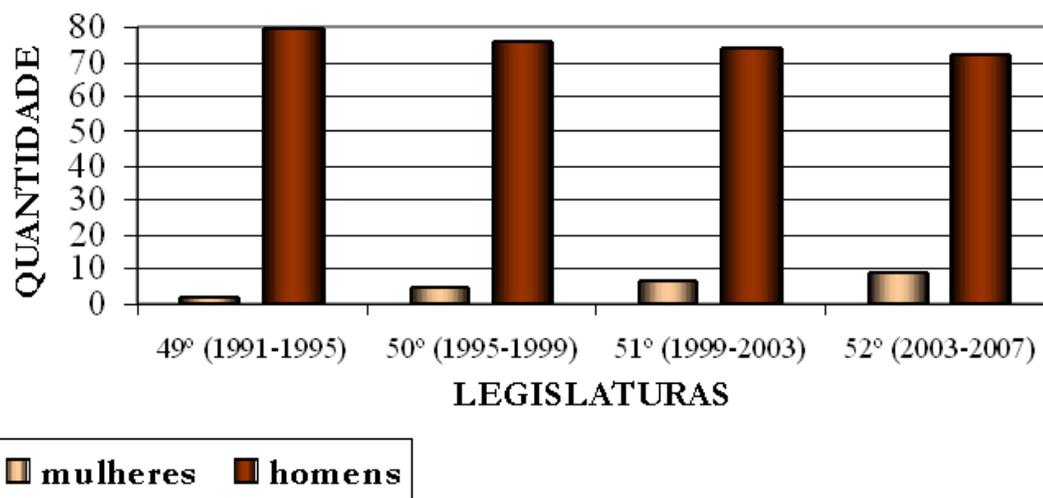
Em 1986 foi convocada uma Assembléia Nacional Constituinte com o objetivo de elaborar uma nova carta democrática, colocando fim ao regime militar instaurado no país em 1964. Nessas eleições, a presença de uma bancada feminina se fez visível na Câmara dos Deputados pela primeira vez na história.

Dois anos depois, em 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal. A mobilização e as organizações de mulheres conseguiram importantes avanços nesta Magna Carta, pois algumas questões antes tratadas como particulares, agora se tornaram de interesse público. Mesmo assim, apenas na década de noventa, mulheres foram eleitas como titulares para o Senado Federal.

Na 49ª legislatura (1991 – 1995), observou-se a presença de duas senadoras – Júnia Marise e Marluce Pinto – para um total de 73 homens, ou seja, menos de 3% das cadeiras do Senado Federal foram preenchidas por mulheres. Em seguida, na 50ª legislatura (1995 – 1999) a quantidade de senadoras aumentou para cinco; por fim, na 51ª legislatura (1999 – 2003) esse número subiu para sete.

Atualmente – 52ª legislatura (2003 – 2007) – o Senado Federal é composto por 09 mulheres e 71 homens. A distribuição dos senadores por sexo e legislatura pode ser ilustrada no gráfico 1.

**Gráfico 1 - Distribuição da quantidade de senadores por sexo e legislatura. Senado Federal, 1987 – 2003.**



Fonte: Base de dados do Senado Federal

Estes números inserem o Brasil no grupo dos 70 países com o pior desempenho quanto à presença de mulheres no Parlamento: 12,6% no Senado Federal e 8,4% na Câmara dos Deputados (43 deputadas em um total de 513)<sup>1</sup>. Apenas 15 países no mundo apresentam índices superiores a 30% de participação feminina nessa esfera de poder<sup>2</sup>.

Observa-se o aumento numérico da participação das mulheres no campo político, contudo desconhece-se a natureza de sua participação, isto é, em quais campos de atuação as mulheres estão engajadas no Congresso Nacional.

Existem poucas pesquisas sobre mulheres no poder legislativo brasileiro, por isso, o estudo da atuação política das parlamentares femininas do Senado Federal reveste-se de particular importância no momento atual, já que é possível observar sua presença nesta casa legislativa.

<sup>1</sup> Dados disponíveis em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em 14 de Julho de 2005.

<sup>2</sup> Ranking disponível em: [www.ipu.org/wmn-e](http://www.ipu.org/wmn-e). Acesso em 18 de Maio de 2005.

A dissertação apresentada teve origem a partir do grupo de pesquisas *DEMODE* (Democracia e Democratização) coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Felipe Miguel, ficando a Profa. Dra. Marilde Menezes responsável pelos estudos legislativos. O *DEMODE* contribuiu de forma significativa para escolha do recorte de análise, pois ao frequentar o grupo citado, o tema em questão despertou meu interesse para a pesquisa.

Pierre Bourdieu (1930-2002) foi escolhido como o referencial teórico deste trabalho e dele foram extraídos e aplicados os conceitos de campo social e *habitus*.

O estudo do campo social permite uma melhor compreensão dos valores, comportamentos e interesses de uma grande variedade de grupos sociais, pois são espaços relativamente autônomos de forças objetivas e lutas padronizadas sobre formas específicas de autoridade.

A categoria de campo será utilizada nesta pesquisa para a análise do campo político brasileiro e limita a investigação a um estudo sobre a atuação das representantes femininas no Senado Federal no recorte temporal de quatro legislaturas a partir da promulgação da Nova Constituinte. Tal atuação será examinada por meio dos pronunciamentos<sup>3</sup> e das matérias legislativas<sup>4</sup> propostas em sessões no Congresso Nacional.

O *habitus*, conceito central da teoria de Bourdieu, pode ser entendido como um sistema de percepção, apreciação e ação, ou seja, um conjunto de conhecimentos adquiridos ao longo do tempo que permite perceber, agir e inculcar com naturalidade num dado universo social.

No caso específico desta dissertação, ao examinar os discursos proferidos e as matérias legislativas, serão identificadas as principais questões abordadas por estas parlamentares no

---

<sup>3</sup> Estes pronunciamentos contêm discursos, falas e questões de ordem proferidos em sessões do Senado Federal e no Congresso Nacional.

<sup>4</sup> As matérias legislativas podem ser de diversos tipos, por exemplo: Proposta de Emenda à Constituição, Projeto de Lei Complementar, Projeto de Lei iniciado no Senado, Projeto de Lei iniciado na Câmara, Projeto de Resolução do Senado, Projeto de Decreto Legislativo, entre outros.

recorte temporal estipulado para estabelecer as possíveis especificidades ou singularidades fundadas a partir do universo de nossa pesquisa.

Sob a perspectiva de conceitos elaborados pelo sociólogo francês, esta pesquisa visa mapear e analisar as questões hegemônicas provenientes das senadoras presentes no campo político brasileiro. Dessa forma, o subcampo político em que as mulheres estão inseridas será identificado com maior clareza.

## METODOLOGIA

Para analisar a ação parlamentar das senadoras brasileiras, esta pesquisa utilizou resumos dos pronunciamentos, matérias legislativas regimentalmente previstas e informações das atividades parlamentares coletados na base de dados do Senado Federal, disponível no sítio <http://www.senado.gov.br>.

Com isto, foram identificados 1.929 discursos proferidos em plenário e 633 matérias legislativas de autoria das senadoras no período compreendido entre 1987 e 2003.

Para o levantamento e apuração dos dados referentes aos discursos, foi elaborada a ficha de análise dos pronunciamentos (quadro 1) e para as matérias legislativas, o modelo adotado encontra-se no quadro 2.

Para classificar os dados foi preciso elaborar uma categorização da principal temática identificada em cada discurso e matéria legislativa. O total de 28 (vinte e oito) categorias foi sugerido pela própria massa de dados, à medida que ia sendo compulsada. Este passo foi fundamental para mapear a atuação individual das senadoras.

Após a categorização das principais temáticas presentes nos pronunciamentos proferidos e matérias legislativas propostas, delineou-se o perfil da bancada feminina do Senado Federal entre 1987 e 2003 com breves linhas de sua trajetória política até chegar à Câmara Alta.

A baliza temporal desta pesquisa tem início com a primeira legislatura sob a égide da Nova Constituinte. O recorte de análise compreendeu quatro legislaturas: 48º (1987 – 1991), 49º (1991 – 1995), 50º (1995 – 1999) e 51º (1999 – 2003) que perfazem um total de dezesseis anos de ações políticas.

**Quadro 1 – Ficha de análise dos pronunciamentos.**

<b>PRINCIPAIS TEMÁTICAS</b>	<b>QUANTIDADE DE PRONUNCIAMENTOS</b>
ALIMENTAÇÃO/NUTRIÇÃO	
ABORTO	
ATIVIDADES RELIGIOSAS	
COMBATE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL	
DECSIOES GOVERNAMENTAIS	
DEFESA DA INFANCIA E JUVENTUDE	
DEFESA DE DIREITOS	
ECONOMIA	
EDUCAÇÃO	
ESPORTE	
HABITAÇÃO	
INCENTIVO E PROMOÇÃO A CULTURA	
INSTITUIÇÃO DE SIMBOLOS	
OUTROS	
PRATICAS ADMINISTRATIVAS/ GOVERNAMENTAIS	
PRATICAS INTERNAS DO SF	
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	
PREVIDENCIA SOCIAL	
PROPRIEDADE PRODUTIVA E QUESTAO FUNDIARIA	
QUESTAO INDIGENA	
QUESTOES DE GENERO	
QUESTOES SOCIAIS	
QUESTOES TRABALHISTAS	
SAUDE PUBLICA	
SEGURANÇA PUBLICA	
SETORES ESTRATEGICOS	
TEMAS REGIONAIS	
VIOLENCIA	
<b>TOTAL</b>	
Fonte: Base de dados do Senado Federal	

**Quadro 2 – Ficha de análise das matérias legislativas.**

PRINCIPAIS TEMATICAS	MATERIAS LEGISLATIVAS						
	RQI	PEC	PLS	PRS	PLC	RQS	DIV
ALIMENTAÇÃO/NUTRIÇÃO							
ABORTO							
ATIVIDADES RELIGIOSAS							
COMBATE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL							
DECISÕES GOVERNAMENTAIS							
DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE							
DEFESA DE DIREITOS							
ECONOMIA							
EDUCAÇÃO							
ESPORTE							
HABITAÇÃO							
INCENTIVO E PROMOÇÃO A CULTURA							
INSTITUIÇÃO DE SIMBOLOS							
OUTROS							
PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS/ GOVERNAMENTAIS							
PRÁTICAS INTERNAS DO SF							
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL							
PREVIDENCIA SOCIAL							
PROPRIEDADE PRODUTIVA E QUESTÃO FUNDIÁRIA							
QUESTÃO INDÍGENA							
QUESTÕES DE GÊNERO							
QUESTÕES SOCIAIS							
QUESTÕES TRABALHISTAS							
SAÚDE PÚBLICA							
SEGURANÇA PÚBLICA							
SETORES ESTRATÉGICOS							
TEMAS REGIONAIS							
VIOLÊNCIA							
<b>TOTAL</b>							

Fonte: Base de dados do Senado Federal

Para o estudo proposto, a pesquisa foi em cinco capítulos. O primeiro capítulo – “UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE A POLÍTICA” – traz para o centro do debate o referencial teórico de Pierre Bourdieu por meio da análise dos conceitos de campo social e *habitus*. A partir do recorte e incorporação de parte do arcabouço conceitual elaborado por este autor o trabalho é desenvolvido.

O segundo capítulo – “A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO SENADO FEDERAL” – analisa a representação feminina no Senado Federal com a recuperação histórica da presença de mulheres parlamentares nesta Casa Legislativa realçando alguns indicadores explicativos da para a sub-representatividade no Legislativo Federal. São ainda apresentados as principais temáticas presentes nos discursos e matérias legislativas e o perfil da bancada feminina no Senado Federal entre os anos de 1987 a 2003.

O terceiro capítulo – “ANÁLISE GLOBAL DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS E POLÍTICAS DAS SENADORAS: 1987 – 2003” – constitui a base instrumental para a análise da ação parlamentar das senadoras (práticas discursivas e políticas) em que são investigados, numa visão ampla, as principais temáticas presentes nos pronunciamentos e matérias legislativas, os tipos de matérias legislativas propostas, os resultados das iniciativas parlamentares e a filiação partidária.

O quarto capítulo – “OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E O CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO” – apresenta um breve histórico do feminismo, a influência deste no campo político brasileiro e as principais reivindicações da Plataforma Política Feminista.

Finalmente, o quinto capítulo – “AÇÃO PARLAMENTAR DAS SENADORAS E OS MOVIMENTOS FEMINISTAS” – analisa a hegemonia das práticas discursivas e políticas das senadoras e o movimento feminista brasileiro; e busca as possíveis convergências ou divergências que possam existir.

A especificidade da atuação política da mulher é crucial para analisar as mudanças que poderão ocorrer nos processos decisórios e na realidade brasileira. Por isso, espera-se que essa dissertação possa colaborar para uma melhor compreensão desta seara.

# CAPÍTULO 1

## UM OLHAR SOCIOLOGICO SOBRE A POLÍTICA

O referencial teórico deste trabalho será balizado pela teoria de Pierre Bourdieu (1930-2002), sociólogo francês que buscava analisar a reprodução das estruturas sociais por meio da mediação entre o agente social e a sociedade enquanto estrutura social:

“... só uma disposição rigorosamente crítica pode dissolver as certezas práticas que se insinuam no discurso científico através dos pressupostos inscritos na linguagem ou das pré-construções inerentes à rotina do discurso cotidiano sobre os problemas sociais; em resumo, através da névoa de palavras que se interpõem sem cessar entre o pesquisador e o mundo social”.<sup>5</sup>

Autor de uma sofisticada proposta sociológica, Bourdieu apresenta um modo de compreensão do mundo social não definida em função de uma única sociedade, nem destinada apenas à compreensão da sociedade francesa dos anos sessenta e setenta. Suas categorias podem ser aplicadas como um instrumental analítico de outras realidades, ou seja, seguindo os passos por ele delineados é possível se estudar diversas sociedades históricas.

Suas obras retratam especialmente a sociedade francesa nas décadas de 1970 e 1980. Contudo, os princípios de distinção criados por ele podem ser encontrados nas sociedades ocidentais com signos semelhantes, já que:

---

<sup>5</sup> Pierre Bourdieu. Lições de Aula – Aula inaugural proferida no Collège de France em 23 de Abril de 1982. São Paulo: Ed. Ática, 1988. p.36 et. seq.

“... a visão científica do mundo de Bourdieu foi o reservatório de sua percepção da política, enquanto a sua avaliação política da realidade social foi o motor de seu interesse nessa realidade e da indignação provocada por ela, e a fonte de sua insistência em introduzi-la na base da ciência social para que pudéssemos aumentar as chances de transformá-la, de finalmente nos tornarmos algo semelhante a "sujeitos políticos" – um ideal regulador com que ele sempre foi comprometido, por mais cético que fosse quanto às chances de sua realização prática. Ele se dedicou a um esforço obstinado e abrangente de "pensar a política sem pensar politicamente" de forma a nos colocar, individual e coletivamente, em posição de refletir e agir de acordo com nossos valores políticos mais prezados, nas nossas atitudes íntimas e esforços profissionais, bem como no palco público preparado para a ação cívica pelas democracias liberais.”<sup>6</sup>

A noção de estrutura é central na teoria sociológica e nos procedimentos metodológicos de Pierre Bourdieu. Para ele, o objetivo da sociologia é descobrir as mais profundas estruturas dos vários mundos sociais que constituem o universo social, assim como o mecanismo que tende a garantir sua reprodução ou sua transformação. Por isso, é comum observar as expressões "estrutura", "estruturado", "estruturante" e "estrutural" em vários textos bourdieusianos.

A estrutura deve ser entendida como uma harmonia incerta e indefinida entre diversas hierarquias em constante movimento e, portanto, constitui um equilíbrio que deve se refazer continuamente num processo de auto-regulação.

---

<sup>6</sup> Loïc Wacquant. O Mistério do Ministério. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2004. p.6

O pensamento e a prática científica de Bourdieu são marcados pela análise das disputas internamente estruturadas que apresentam uma organização (ou lógica interna) desenroladas no interior de cada campo, da dialética entre relações objetivas de poder, do *habitus* e de interesses individuais.

Até mesmo a manutenção do estado de coisas em um determinado campo é produto de uma dinâmica na qual seus partícipes intervêm, ou seja, não constitui um resultado de pura inércia, mas sim de uma ação (ou reação) efetuada pelos próprios sujeitos que compõem o campo, de acordo com a interpretação feita segundo seus próprios interesses.

Loesberg<sup>7</sup> acredita que as pesquisas de Pierre Bourdieu consistem na identificação de redes de relações estáveis e de conexões entre elas, ou seja, os "mecanismos" que as regem. Com isso abordou os mais distintos campos da vida social, tais como: o ambiente acadêmico, político, a moda e os esportes.

A excepcionalidade do pensamento de Bourdieu pode ser observada no desejo de superar as "falsas antinomias" da tradição sociológica: teoria geral e empirismo, formalismo e positivismo, liberdade e determinismo, bem e mal, indivíduo e sociedade, objetivismo e subjetivismo. Sua obra ultrapassa os limites da Sociologia, já que empreendeu estudos em diferentes áreas das Ciências Sociais. Interessou-se pela religião, política, artes, educação, televisão, alta costura, gosto, entre outros. Essas disposições intelectuais ecléticas e interdisciplinares levaram-no à recusa de todo "monismo metodológico" e, assim, utilizou em seus estudos os mais diversos métodos e técnicas de pesquisa<sup>8</sup>.

Para Bourdieu, teoria e pesquisa devem estar permanentemente relacionadas entre si e a um projeto intelectual, ou seja, devem estar ligadas a uma proposta de explicar ou compreender uma parte específica do mundo social. Por isso, utiliza simultaneamente o

---

<sup>7</sup> Jonathan Loesberg. *Bourdieu and the Sociology of Aesthetics*. English Literary History, 1993. p.1033-1056

<sup>8</sup> Pierre Bourdieu. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Ed. Zouk, 2002. p.91 et.seq.

pensamento teórico sobre o social e a análise de um corpo sistemático de dados construídos (observação direta, medição estatística, questionários, arquivos, etc.).

Segundo Louis Pinto<sup>9</sup>, a singularidade de Bourdieu está no fato de suas obras apresentarem "uma nova maneira de ver o mundo social" pela qual ganham relevância as estruturas simbólicas. Contudo, a originalidade do seu pensamento consiste, principalmente, na abordagem dialética do processo social. Tal processo versa sobre a análise crítica do movimento entre a produção dos conhecimentos e as práticas sociais.

O sociólogo Bourdieu emprega em seus trabalhos alguns conceitos fundamentais: o campo social e o *habitus*, que servirão de base analítica para o desenvolvimento deste trabalho. Sob o recorte e incorporação dessas categorias, elaboramos um estudo dos pronunciamentos e das matérias legislativas propostas pelas senadoras brasileiras no campo político brasileiro.

## 1.1 Campo Social

Para analisar o campo social é preciso converter toda a visão “ordinária” (comum) do mundo social, cuja base analítica se constitui no exame particularizado do indivíduo no sentido de uma melhor compreensão das relações entendidas como interações, ou seja, como relações intersubjetivas realmente efetuadas e,

“... estando convicto da fecundidade da escolha metodológica de privilegiar as *relações* mais que os elementos diretamente visíveis, pensei ser necessário – (...) – deduzir as leis de funcionamento desses campos, seus objetivos específicos, os princípios de divisão segundo os

---

<sup>9</sup> Louis Pinto foi aluno de Pierre Bourdieu e atualmente é um dos grandes nomes que ajudam a explicar as teorias e paradigmas elaborados pelo sociólogo francês. Prova disso é o livro “Pierre Bourdieu e a Teoria do Mundo Social”, publicado pela primeira vez na França em 1998 e no Brasil em 2000.

quais se organizam, as forças e as estratégias dos campos que se opõem.”<sup>10</sup>

A noção de campo apresentada por Bourdieu pode ser traduzida como as estruturas objetivas (constituídas ou em constituição) em que se realizam as práticas dos agentes detentores de disposições semelhantes e condutas adequadas ao campo analisado. É considerado um espaço de possibilidades, podendo ser também visto como um espaço de lutas e de relações em movimento, no qual os objetos sociais compartilhados são disputados por agentes investidos de um saber específico, por sujeitos possuidores de títulos, privilégios ou vantagens particularizadas que permitem seu acesso as mais diversas posições do interior deste campo.

De acordo com Ortiz, o campo é um “lugar hierarquizado, estruturado segundo uma determinada lógica de interesses, nele se agrupa, interage, se complementa e entra em conflito um grupo específico de atores”<sup>11</sup>.

O campo pode ser interpretado como um ambiente amplo em que as relações de poder e de dominação são estruturadas. Sendo assim, o campo político constitui o espaço pré-determinado no qual se organizam e se formam disputas, lutas de interesses e competições pelo controle do aparelho Estatal pelos profissionais da política.

Neste trabalho, entende-se por “profissionais da política” o diminuto grupo de pessoas detentoras do capital exigido para o ingresso e participação no campo político.

Para entrar e efetivamente participar do campo político é necessário que o profissional possua tal capital, aqui descrito como um “*saber específico*”. O profissional deve ter, pelo menos, certo conhecimento sobre as problemáticas mais comuns ao campo no qual se

---

<sup>10</sup> Renato Ortiz (Org.). A Sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Olho D’Água, 2003. p.36

<sup>11</sup> ORTIZ, op. cit., p.11 et.seq.

encontra, tais como: conceitos; práticas elementares; costumes; valores; hierarquias; tradições; dados econômicos e geográficos; e biografias.

O profissional deve possuir também uma noção da linguagem, da eloquência e até mesmo de certo poder de persuasão para demonstrar com veemência aos seus pares o conhecimento sobre a lógica imanente do campo político (as estratégias que visam manter a estrutura do campo).

Dabène, ao citar Bourdieu, esclarece:

“... não há nada que seja mais absolutamente exigido pelo jogo político que a adesão fundamental ao próprio jogo. Há entre os políticos *um contrato tácito que está implicado no fato de participar desse jogo, de reconhecê-lo pelo próprio fato de que vale a pena ser jogado.*”<sup>12</sup>

[Grifo do autor]

Na perspectiva de Dabène, aqueles que compõem o “corpo político” têm “a pretensão de se impor pelo brilho público e por formas discursivas encantadoras”, pois somente a participação na instituição política formal não é suficiente.

Nesta investigação, o campo político brasileiro será analisado por meio dos pronunciamentos e das matérias legislativas propostas pelas parlamentares no Senado Federal no período compreendido entre 1987 a 2003.

---

<sup>12</sup> Olivier Dabène. Pierre Bourdieu Sociólogo e Cidadão Engajado. Traduzido por Mônica Cristina Corrêa. Disponível em: [www.estadao.com.br/ext/frances/pierre1.htm](http://www.estadao.com.br/ext/frances/pierre1.htm). Acesso em 16 de Agosto de 2005.

## 1.2 *Habitus*

A exposição repetitiva das condições sociais definidas, ou seja, a interiorização da realidade externa imprime nos indivíduos um conjunto de disposições duráveis e transferíveis. Sob esta perspectiva, outro conceito fundamental de Bourdieu é identificado: o *habitus*.

Para compreender este conceito, é preciso recuperar a problemática teórica e as premissas epistemológicas das obras de Pierre Bourdieu, já que a construção do *habitus* obedeceu a um amadurecimento teórico expressado, sobretudo, na conciliação de duas leituras do social até então vistas como antagônicas e contraditórias: a abordagem fenomenológica e a objetivista<sup>13</sup>.

Para Bourdieu, o mundo social é objeto de três modos de conhecimento teórico: o *fenomenológico*, o *objetivista* e o *praxiológico*.

O conhecimento *fenomenológico* se restringe a captar a experiência primeira do mundo social tal como vivida pelos membros da sociedade. Constitui a apreensão do mundo social como mundo natural e evidente sobre o qual não se pensa e que exclui a questão de suas próprias condições de possibilidade.

Por outro lado, o conhecimento chamado *objetivista* caracteriza-se pela ruptura em relação à experiência subjetiva imediata. Esta experiência constrói relações objetivas que ultrapassam o plano da consciência e intencionalidade individuais, estruturando as práticas e as representações ao preço de um rompimento com esse conhecimento primeiro e, portanto, com os pressupostos tacitamente assumidos, conferindo ao mundo social seu caráter de evidência e naturalidade.

Enfim, o conhecimento *praxiológico* é defendido por Bourdieu como uma alternativa capaz de solucionar os problemas do subjetivismo e do objetivismo. Essa forma de

---

<sup>13</sup> Renato Ortiz citado em “A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea”, de Maria da Graça Jacintho Setton, disponível em: Revista Brasileira de Educação, Edição de N° 20 Maio/Jun/Jul/Ago de 2002.

conhecimento buscaria apreender a articulação entre o plano da ação ou das práticas subjetivas e o plano das estruturas, ou como se refere o próprio autor, o processo de *interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade*<sup>14</sup>.

O conceito de *habitus* propõe identificar a mediação entre indivíduo e sociedade como uma das questões centrais da produção teórica de Bourdieu:

"... são sistemas de posições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares', sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro."<sup>15</sup>

Ou ainda:

"... sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados." <sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> Pierre Bourdieu. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983. p.46 et. seq.

<sup>15</sup> Pierre Bourdieu. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974, p. XL et seq.

<sup>16</sup> Ibid., p.XLI

Em virtude do grande número de conceitos aplicáveis para defini-lo e, para atingir os objetivos deste trabalho, o *habitus* é entendido como a conjugação de fatos concorrentes para a formação da estrutura social, sendo um sistema histórico de relações sociais que transcende o indivíduo nos limites de suas estruturas. Constitui um sistema de percepção, apreciação e ação, ou seja, um conjunto de conhecimentos adquiridos ao longo do tempo que permite perceber, agir e inculcar com naturalidade num dado universo social.

O *habitus*, embora seja visto como um conjunto de ações produzidas no passado determinante das ações do presente, é um sistema complexo e em constante reformulação. Este sistema também pode ser concebido como uma espécie de comportamento, consciente ou não – e por isso tido como "natural" – socialmente criado, interiorizado e reproduzido pela própria prática dos indivíduos pertencentes a uma dada cultura ou a um determinado campo social; e pode ser repetido em diversos domínios da prática desde que não haja um motivo ou interesse que o estimule a agir de forma diversa.

Segundo Bourdieu, uma das principais funções do *habitus* é superar dois erros fundamentais e complementares presentes nas ciências sociais: o *mecanicismo* (tendência em perceber a ação como o efeito mecânico das pressões exercidas pelas causas externas) e o *finalismo* (crença na ação livre e consciente do ator). Em sua perspectiva, é igualmente falsa a oposição sumária entre o indivíduo e a sociedade e, nesse sentido, não somente o indivíduo está situado num universo particular, mas o universo social está inserido nele.

Para o autor, o sistema de posições rompe com as percepções do senso comum, incorporando-o às relações estabelecidas no interior de cada campo analisado, estudando sua lógica. Essas relações, na óptica de Bourdieu, formam um sistema de “estratégias de reprodução” hegemônico (ou não) num determinado momento social.

Os conceitos de *habitus* e campo são relacionais, ou seja, um só pode funcionar em relação ao outro: são as percepções do campo que definem as reproduções da estrutura social e o *habitus* enquanto conjunto de percepções inculcado no indivíduo.

Pelo exposto, pode-se verificar o surgimento de um determinado campo como uma disposição de relações socialmente distribuídas e hierarquizadas, cujos partícipes são nutridos de um capital específico (capacidades adequadas ao desempenho das funções e à prática das lutas que o atravessam).

As relações existentes no interior de cada campo (as “estruturas estruturantes”) são definidas de forma objetiva, independentemente do controle dos seus integrantes. Nessa estrutura objetiva do campo, os indivíduos adquirem um conjunto de disposições permitindo-lhes agir de acordo com as oportunidades existentes no interior da estrutura – é o princípio gerador de estratégias inconscientes ou parcialmente controladas tendentes a assegurar o ajustamento às estruturas do campo. Desta forma, o *habitus* funciona como uma força conservadora no interior da ordem social<sup>17</sup>.

Ao examinar os discursos proferidos e as matérias legislativas propostas, buscaremos conhecer as principais questões abordadas pelas senadoras para conhecermos a natureza dessas questões, bem como a possibilidade destas se apresentarem de forma hegemônica (*habitus*) – ou não – no campo político brasileiro.

---

<sup>17</sup> Pierre Bourdieu. O Mercado dos Bens Simbólicos. In A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974. p.160 et. seq.

## **CAPÍTULO 2**

### **A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO SENADO FEDERAL**

Este capítulo trata da participação das mulheres no Senado Federal e as conseqüências para os tradicionais processos de decisão política. Para esta verificação, foi realizada a categorização das principais temáticas apresentadas nas ações parlamentares e posterior delineamento do perfil da bancada feminina no Senado Federal no recorte temporal proposto.

#### **2.1 A presença de mulheres parlamentares no Senado Federal**

Pouco depois da conquista do sufrágio universal pelas mulheres, o Estado Novo (1937) foi implantado no país e sua permanência até o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) não abriu possibilidades para a presença e participação de representantes femininas no poder legislativo federal. O Congresso Nacional foi fechado e não ocorreram eleições, portanto, não havia como exercitar o direito adquirido em 1932<sup>18</sup>.

Com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte e de eleições gerais em 1946 (início do período de redemocratização), não houve mulheres eleitas para os órgãos legislativos. Por isso, a primeira legislatura empossada no Brasil após a queda do período ditatorial militar foi caracterizada pela ausência de representantes femininas nas duas casas que compõem o legislativo.

O Senado Federal só contou com a presença feminina em 1980 devido ao falecimento de um de seus membros, o Senador João Bosco (ARENA). Este fato permitiu que Eunice Michiles<sup>19</sup> assumisse o mandato.

---

<sup>18</sup> Céli Regina Jardim Pinto. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. p.31

<sup>19</sup> Eleita como primeira suplente pela ARENA no estado do Amazonas em 1978.

A segunda representante feminina a exercer mandato no Senado Federal foi Laélia Angra de Alcântara, eleita suplente em 1978 pelo MDB no estado do Acre. Assumiu o pleito após a morte do titular – Adalberto Sena – em fins de janeiro de 1982 para completar o mandato.

A advogada de Santa Catarina Maria Shirley Donato foi eleita como suplente em 1978 pelo MDB e ocupou provisoriamente uma cadeira no Senado em substituição ao titular licenciado por motivos de doença.

Dulce Salles Cunha Braga – PDS de São Paulo – teve também uma rápida passagem pelo Senado, em 1981, também em substituição de mandato.

No final da década de setenta, junto com o processo de abertura política, os movimentos feministas brasileiros iniciaram reivindicações nas áreas de políticas públicas, dentre elas: a distribuição do poder de forma mais igualitária entre os sexos e o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho.

O início da década de 1980 foi marcado pela consolidação desses movimentos organizados em torno de discussões principalmente sobre a inserção das mulheres na arena política, já que nas eleições de 1982 apenas duas mulheres foram candidatas ao Senado Federal, ambas do estado do Amazonas, mas nenhuma se elegeu.

Gradativamente, os movimentos de mulheres aumentaram, diversificaram e difundiram os objetivos feministas sobre a mudança das condições das mulheres na sociedade. Uma das conseqüências marcantes destas articulações foi a criação de delegacias para mulheres<sup>20</sup>, graças ao reconhecimento oficial do problema da violência doméstica.

---

<sup>20</sup> As delegacias de polícia de defesa dos direitos da mulher surgiram em 1985, no Governo Franco Montoro, estado de São Paulo, tendo sido o autor do decreto que as criou o Deputado Michel Temer. A primeira delegacia da mulher surgiu no centro da capital paulista para atender mulheres vítimas de violência e discriminação.

Em 1987, a *bancada feminina* na Assembléia Constituinte reuniu mulheres de diversas tendências e origens. Neste momento de transição democrática, era explícito o compromisso com as questões sociais.

Com a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, observam-se alguns exemplos de direitos básicos assegurados e os respectivos dispositivos legais<sup>21</sup>:

- § Igualdade entre homens e mulheres na sociedade e na família (Art. 5º, I e Art. 226, § 5º),
- § Acesso ao planejamento familiar como livre decisão do casal (Art. 226, § 7º),
- § União estável como entidade familiar (Art. 226, § 3º),
- § Reconhecimento da função social da maternidade (Art. 6º),
- § Proteção do Estado contra a violência no âmbito das relações familiares (Art. 226, § 8º),
- § Criação da licença paternidade (Art. 7º, XIX),
- § Não discriminação dos filhos nascidos fora do casamento (Art. 227, § 6º).

## **2.2 A sub-representatividade no legislativo federal**

Constitui fato público, notório e empiricamente comprovado que as mulheres estão sub-representadas no Senado Federal, pois a proporção em que aparecem não corresponde ao seu peso relativo na população.

Dados obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral indicam que as mulheres eleitoras em Julho de 2005 perfazem o total de 62.743.326 enquanto os homens eleitores são 59.171.986.<sup>22</sup> Os casos não identificados pela classificação conforme o sexo foram 187.434. Portanto, em um contingente eleitoral de 122.102.746 pessoas, as mulheres representam 51,38%.

---

<sup>21</sup> Constituição da República Federativa do Brasil. Texto atualizado disponível em: [www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br). Acesso em 16 de Agosto de 2005.

<sup>22</sup> Disponível em: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br). Acesso em 25 de Outubro de 2005.

Considerado tema que contribuiu para o desenvolvimento da teoria política, sobretudo em relação à participação e representação, o feminismo, enquanto ação política, apresenta uma crítica à desigualdade social dos sexos, bem como enseja a promoção dos direitos básicos das mulheres no conjunto da sociedade.

Dentre as várias formas de mobilização e organização política das mulheres, duas apresentam grande importância. A primeira trata de questões específicas como a reforma das leis de aborto, dos direitos reprodutivos, das leis do divórcio e outras. Já a segunda refere-se ao associativismo das mulheres provenientes de diversos grupos. Exemplos disso são as organizações patronais e sindicais, pois representam uma arena de preparação para as principais lutas da política formal<sup>23</sup>.

No estudo feito em 1989, *A Mulher Brasileira no Congresso Nacional*, Fanny Tabak afirmou que, geralmente, as mulheres que se inserem na vida política têm um baixo senso de eficácia e isso acarreta menor defesa de seus interesses. Segundo a autora, essas representantes defendem mais assuntos ligados à vida local que a nacional e são mais conservadoras.

Para ela, são inúmeros os fatores que explicam a baixa participação feminina na arena política, dentre os quais os mais importantes são os padrões diferenciais de socialização política, as regras institucionais e as estruturas do Estado definidoras dos “códigos culturais de representação”<sup>24</sup>.

Sem tradição corporativa ou força proveniente de organizações profissionais, o envolvimento de mulheres em organizações partidárias torna-se escasso e, para que as mulheres ultrapassassem as barreiras internas dos partidos, foi adotado o sistema de cotas eleitorais obrigatórias.

---

<sup>23</sup> Lucia Avelar. *Mulheres na Elite Política Brasileira*. São Paulo: UNESP/Konrad-Adenauer, 2002. p.72 et. seq.

<sup>24</sup> Fanny Tabak. *A Mulher Brasileira no Congresso Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1989. p. 143-149

Este sistema foi aprovado em 1995, sendo aplicado nas eleições do ano seguinte e reservou 20% das vagas de candidaturas nas eleições proporcionais para as mulheres. Contudo, este dispositivo foi revisado em 1997 e ficou decidido para as eleições subsequentes, segundo uma perspectiva universal, a reserva de no mínimo 30% e no máximo 70% para candidaturas de cada sexo.

### **2.3 Temáticas apresentadas nos pronunciamentos e matérias legislativas**

A base de dados do Senado Federal, utilizada para a coleta das informações, oferece resumos das ações parlamentares, os quais apresentam os seguintes elementos de pesquisa: ano da iniciativa, número protocolar, instrumento legislativo utilizado, nome do parlamentar, partido político, estado de origem e as ementas dos pronunciamentos e matérias legislativas.

Uma inspeção dos dados coletados permitiu detectar uma série de categorias empíricas agrupadas segundo categorias de afinidade, as quais foram sugeridas pela própria massa de dados, à medida que ia sendo compulsada. As macro-áreas identificadas foram:

- **Alimentação/Nutrição:** questões relacionadas à alimentação e nutrição em geral.
- **Aborto:** posições favoráveis ou contrárias à decisão de interromper a gravidez.
- **Atividades Religiosas:** temas relacionados a crenças e práticas religiosas.
- **Combate a Discriminação Racial:** políticas de combate ao racismo, defesa dos direitos das minorias étnicas e temas afins.
- **Decisões Governamentais:** considerações acerca das decisões dos poderes Executivo e Judiciário, questões relativas à política internacional ou de ordem diplomática, temas sobre relacionamentos com outras nações e questões ligadas à defesa dos limites territoriais.
- **Defesa da Infância e Juventude:** temas ligados à assistência e defesa da infância e juventude, exploração do trabalho infantil e prostituição de crianças e adolescentes.

- **Defesa de Direitos:** defesa dos direitos dos consumidores, idosos, portadores de necessidades especiais e também dos direitos humanos, sociais, políticos e conquista da cidadania, liberdade pessoal, liberdade de palavra, pensamento e fé, direito à propriedade e a contrair contratos válidos e direito à justiça<sup>25</sup>.
- **Economia:** questões ligadas a diversas atividades econômicas, mercado de trabalho, tributos e incentivos fiscais.
- **Educação:** temas ligados a área educacional, administração de recursos voltados para a educação infantil, educação especial e educação em geral.
- **Esporte:** incentivo e promoção à prática de esportes.
- **Habitação:** questões ligadas a financiamentos de habitações populares e considerações gerais sobre habitação.
- **Incentivo e Promoção à Cultura:** temas relacionados à promoção de peças teatrais, shows, livros e cultura em geral.
- **Instituição de Símbolos:** sugestão de datas comemorativas, homenagens diversas, agradecimentos e manifestações de pesar.
- **Outros:** considerações sobre licenças, pedidos de ausência e temas não elencados nessa categorização.
- **Práticas Administrativas/Governamentais:** fiscalização da atuação dos poderes Executivo e Judiciário, solicitação e prestação de contas, revisão de dispositivos legais.
- **Práticas Internas do SF:** temas ligados às práticas administrativas realizadas na Casa e pedidos de obediência ao Regulamento Interno.
- **Preservação Ambiental:** questões ligadas à preservação do meio-ambiente como um todo e em defesa da Floresta Amazônica.

---

<sup>25</sup> Cf. definição fundamentada em T. H. Marshall. Cidadania e Classe Social. In: MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, S/d.

- **Previdência Social:** temas relacionados à Previdência Social e à Reforma da Previdência.
- **Propriedade Produtiva e Questão Fundiária:** questões relacionadas ao *Movimento dos Sem-Terra*, considerações sobre a reforma agrária e grandes propriedades.
- **Questão Indígena:** temáticas ligadas à defesa dos índios e suas terras.
- **Questões de Gênero:** temas relativos à violência contra mulheres, saúde feminina, discriminação sexista e direitos das mulheres.
- **Questões Sociais:** proposições de políticas de desenvolvimento social e temas ligados à assistência social, desigualdade, exclusão social e desemprego.
- **Questões Trabalhistas:** temas sobre o trabalho escravo e direitos trabalhistas.
- **Saúde Pública:** considerações acerca da saúde pública em geral.
- **Segurança Pública:** considerações sobre o sistema penitenciário nacional e sobre as condições de trabalho dos policiais de modo geral.
- **Setores Estratégicos:** questões ligadas à agricultura, pecuária, industrialização, empresas privadas, transportes, rodovias, hidrovias, hidrelétricas, pesca, telecomunicações e Petrobrás.
- **Temas Regionais:** assuntos de interesse da Unidade da Federação de origem da senadora.
- **Violência:** questões sobre a violência praticada no campo e nas cidades.

As matérias legislativas consistem no espectro de iniciativas típicas da atividade parlamentar e podem ser assim definidas:

- **Solicitação de Informações ao Executivo e Judiciário:** pedidos de informações feitos pelas senadoras aos poderes Executivo e Judiciário com vistas à fiscalização das práticas dos mesmos;
- **Requerimento de Ausência:** pedidos de autorização feitos à Mesa do Senado para dispensa dos trabalhos da Casa em períodos previamente estipulados;
- **Requerimentos Diversos:** pedidos de várias naturezas feitos pelas senadoras;

- **Diversos:** sugestões, recursos, declarações de voto, indicações, propostas de fiscalização e controle, projetos de decreto legislativo do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, pedidos de abertura de sindicância, denúncias e outras práticas políticas que não foram encontradas nas iniciativas propostas pelas senadoras analisadas.

Além das práticas políticas citadas, também as matérias **Proposta de Emenda à Constituição; Projeto de Lei do Senado; Projeto de Resolução do Senado e Projeto de Lei Complementar** referem-se às sugestões de alteração ou formulação de leis que tiveram origem no Senado Federal.

Para facilitar a tabulação dos dados, o tipo de matéria legislativa foi identificado por abreviações, conforme descrito no Quadro 3.

**Quadro 3 - Legenda das matérias legislativas. Senado Federal, 2003.**

ABREVIACÃO	MATÉRIA LEGISLATIVA
RQI	SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO EXECUTIVO E JUDICIÁRIO
AUS	REQUERIMENTO DE AUSÊNCIA
PEC	PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
PLS	PROJETO DE LEI DO SENADO
PRS	PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
PLC	PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
RQS	REQUERIMENTOS DIVERSOS DO SENADO FEDERAL
DIV	DIVERSOS

Fonte: Base de dados do Senado Federal.

#### **2.4. Perfil da bancada feminina no Senado Federal: 1987 – 2003**

No recorte temporal examinado, observou-se a presença de treze integrantes da bancada feminina no Senado, a saber:

- |                      |                           |
|----------------------|---------------------------|
| a) Alacoque Bezerra  | h) Maria do Carmo Alves   |
| b) Benedita da Silva | i) Marina Silva           |
| c) Emília Fernandes  | j) Marluce Pinto          |
| d) Eva Blay          | k) Regina Assumpção       |
| e) Heloísa Helena    | l) Sandra Guidi           |
| f) Júnia Marise      | m) Thelma Siqueira Campos |
| g) Luzia Toledo      |                           |

A primeira etapa de organização dos dados consistiu em reunir e tabular os pronunciamentos e as matérias legislativas destas senadoras. Com isto, foi possível traçar um perfil individual. Além disso, para melhor compreensão de suas práticas discursivas e políticas, foi necessário investigar e descrever a trajetória política de cada senadora até a conquista de sua cadeira na Câmara Alta.

A seguir, será apresentada a listagem dos dados por senadora, em ordem alfabética.

### **2.4.1 Alacoque Bezerra**

**Partido: PFL – CE**

**Mandato: 18/10/1989 a 15/02/1990**

Maria Alacoque Bezerra de Figueiredo pertence ao PFL – CE e nasceu aos dez dias do mês de Fevereiro de 1922 em Juazeiro do Norte, Ceará. Foi professora e Delegada Regional de Educação no município de Fortaleza antes de assumir a vaga do Senador José Afonso Sancho, do qual era suplente eleita no pleito de 15 de novembro de 1982, pela legenda do PDS com 1.120.069 votos dos 1.956.747 votos válidos.

Não teve expressividade relevante como Senadora, talvez pelo curto período de tempo que exerceu o mandato (apenas quatro meses). No banco de dados, constam apenas 05 pronunciamentos proferidos em plenário e 02 projetos de lei – ambos arquivados ao final de seu mandato.

A principal área de interesse da senadora é a educação: os pronunciamentos e matérias legislativas que tratam do tema “ALIMENTAÇÃO/NUTRIÇÃO” referem-se à merenda escolar e, no que tange ao tema “ECONOMIA”, a senadora preocupa-se com a questão do mercado de trabalho do professor. Os dados estão descritos na tabela 1.

Tabela 1

## Número de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Alacoque Bezerra Segundo as Principais Temáticas

Senado Federal, 1987 – 2003.

PRINCIPAIS TEMÁTICAS	DISCURSOS	MATÉRIAS LEGISLATIVAS						
		RQI	PEC	PLS	PRS	PLC	RQS	DIV
ALIMENTAÇÃO/NUTRIÇÃO	2	-	-	1	-	-	-	-
ABORTO	-	-	-	-	-	-	-	-
ATIVIDADES RELIGIOSAS	-	-	-	-	-	-	-	-
COMBATE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
DECISÕES GOVERNAMENTAIS	-	-	-	-	-	-	-	-
DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	-	-	-	-	-	-	-	-
DEFESA DE DIREITOS	-	-	-	-	-	-	-	-
ECONOMIA	1	-	-	-	-	-	-	-
EDUCAÇÃO	1	-	-	1	-	-	-	-
ESPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-
HABITAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
INCENTIVO E PROMOÇÃO A CULTURA	-	-	-	-	-	-	-	-
INSTITUIÇÃO DE SÍMBOLOS	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-
PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS/GOVERNAMENTAIS	-	-	-	-	-	-	-	-
PRÁTICAS INTERNAS DO SF	-	-	-	-	-	-	-	-
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	-	-	-	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
PROPRIEDADE PRODUTIVA E QUESTÃO FUNDIÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÃO INDÍGENA	-	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES DE GÊNERO	1	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES SOCIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES TRABALHISTAS	-	-	-	-	-	-	-	-
SAÚDE PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-
SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-
SETORES ESTRATÉGICOS	-	-	-	-	-	-	-	-
TEMAS REGIONAIS	-	-	-	-	-	-	-	-
VIOLÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	-	-	<b>2</b>	-	-	-	-

Fonte: Base de dados do Senado Federal

## **2.4.2 Benedita da Silva**

**Partido: PT – RJ**

**Mandato: 1º/02/1995 a 31/12/1998**

Benedita Souza da Silva Sampaio, assistente social nascida em 11 de Março de 1942 na capital fluminense, foi eleita senadora do estado do Rio de Janeiro pelo PT com 2.249.861 votos<sup>26</sup>. Renunciou ao mandato em 31/12/1998 para assumir o cargo de Vice-Governadora do Rio de Janeiro e, em 2003, foi nomeada Ministra da Assistência Social do governo Lula.

Benedita da Silva foi Deputada Federal no período de 1º/02/1987 a 31/01/1991, sendo reeleita para exercer o mandato entre 1º/02/1991 a 31/01/1995. Contudo, esse não foi seu primeiro cargo público, pois já havia sido vereadora da cidade do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986.

Antes de entrar para a vida política, Benedita da Silva foi vendedora ambulante, empregada doméstica, operária fabril, servente de escola comunitária no Morro do Chapéu Mangueira e funcionária do Departamento Estadual de Trânsito do Rio de Janeiro.

Entre várias missões que participou no exterior, a mais importante foi como representante do Senado Federal na Delegação Brasileira à IV Conferência Mundial da Mulher realizada em Pequim, China, no ano de 1995.

Em 1998 foi a primeira mulher a presidir a sessão do Congresso Nacional.

A atuação desta senadora consiste em 438 discursos e 116 matérias legislativas, dentre os quais se destacam a preocupação com a instituição de símbolos, assuntos ligados aos setores estratégicos, práticas administrativas/governamentais, questões raciais, religiosas e temas ligados à defesa da infância e juventude, conforme listados na tabela 2.

---

<sup>26</sup> 22,70% dos votos válidos.

**Tabela 2**

**Número de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Benedita da Silva Segundo as Principais Temáticas**

**Senado Federal, 1987 – 2003.**

PRINCIPAIS TEMÁTICAS	DISCURSOS	MATÉRIAS LEGISLATIVAS						
		RQI	PEC	PLS	PRS	PLC	RQS	DIV
ALIMENTAÇÃO/NUTRIÇÃO	7	-	-	2	-	-	-	-
ABORTO	-	-	-	-	-	-	-	-
ATIVIDADES RELIGIOSAS	9	-	-	-	-	-	-	-
COMBATE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL	22	4	-	5	-	-	-	2
DECISÕES GOVERNAMENTAIS	20	-	-	-	-	-	-	-
DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	30	2	-	6	-	-	-	-
DEFESA DE DIREITOS	29	-	-	11	2	-	-	6
ECONOMIA	9	-	-	2	-	3	-	-
EDUCAÇÃO	10	-	-	-	-	-	-	-
ESPORTE	4	-	-	-	-	-	-	-
HABITAÇÃO	-	-	-	1	-	-	-	-
INCENTIVO E PROMOÇÃO A CULTURA	6	-	-	-	-	-	-	1
INSTITUIÇÃO DE SÍMBOLOS	86	1	-	6	1	-	-	2
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	15
PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS/GOVERNAMENTAIS	26	13	-	1	-	-	-	-
PRÁTICAS INTERNAS DO SF	-	2	-	-	-	-	1	-
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	6	1	-	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	10	-	-	-	-	-	-	-
PROPRIEDADE PRODUTIVA E QUESTÃO FUNDIÁRIA	7	-	-	-	-	-	-	1
QUESTÃO INDÍGENA	3	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES DE GÊNERO	22	-	-	-	-	1	-	2
QUESTÕES SOCIAIS	17	1	-	1	-	-	-	-
QUESTÕES TRABALHISTAS	15	-	-	3	-	-	-	-
SAÚDE PÚBLICA	21	2	-	2	1	-	-	-
SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-	1	-	-	-	-
SETORES ESTRATÉGICOS	34	-	-	1	-	-	-	-
TEMAS REGIONAIS	18	5	-	-	-	-	-	-
VIOLÊNCIA	27	1	-	2	-	-	-	2
<b>TOTAL</b>	<b>438</b>	<b>32</b>	<b>-</b>	<b>44</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>31</b>

Fonte: Base de dados do Senado Federal

### **2.4.3 Emília Fernandes**

**Partido: PT – RS**

**Mandato: 1º/02/1995 a 1º/01/2003**

Emília Therezinha Xavier Fernandes nasceu em Dom Pedrito (RS), em 18 de julho de 1950. Foi eleita Senadora em 1994 e considerada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar uma das personalidades mais influentes do Congresso Nacional.

Emília Fernandes é pedagoga e foi professora por 23 anos. Como integrante do Conselho Estadual do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, liderou várias greves e movimentos estaduais e nacionais.

Antes de concorrer à vaga para o Senado, foi eleita três vezes Vereadora do município de Sant’Ana do Livramento (RS), cidade onde foi criada.

Entrou para a história do estado do Rio Grande do Sul como a primeira gaúcha eleita para o Senado da República. Também foi a primeira mulher a presidir uma Comissão Permanente do Senado Federal (Infra-Estrutura) entre os anos de 1999 e 2000.

Em 2002 foi vice-líder do PT no Senado Federal e coordenou a bancada federal gaúcha do mesmo partido.

A tabela 3 descreve suas ações parlamentares que, em grande parte, foram classificadas nas temáticas: instituição de símbolos, assuntos ligados a setores estratégicos e a seu estado de origem e educação.

**Tabela 3**

**Número de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Emília Fernandes Segundo as Principais Temáticas  
Senado Federal, 1987 – 2003.**

PRINCIPAIS TEMÁTICAS	DISCURSOS	MATÉRIAS LEGISLATIVAS						
		RQI	PEC	PLS	PRS	PLC	RQS	DIV
ALIMENTAÇÃO/NUTRIÇÃO	1	-	-	-	-	-	-	-
ABORTO	-	-	-	-	-	-	-	-
ATIVIDADES RELIGIOSAS	1	-	-	-	-	-	-	-
COMBATE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL	2	-	-	-	-	-	-	-
DECISÕES GOVERNAMENTAIS	19	-	-	-	-	-	-	-
DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	12	-	-	-	-	-	-	1
DEFESA DE DIREITOS	24	-	-	3	-	-	-	-
ECONOMIA	24	-	-	1	-	-	-	-
EDUCAÇÃO	29	-	-	3	-	-	-	-
ESPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-
HABITAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
INCENTIVO E PROMOÇÃO A CULTURA	-	-	-	-	-	-	-	-
INSTITUIÇÃO DE SÍMBOLOS	72	-	-	-	-	-	-	25
OUTROS	-	8	-	-	-	-	-	-
PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS/GOVERNAMENTAIS	15	1	1	1	1	-	-	2
PRÁTICAS INTERNAS DO SF	3	-	-	-	-	-	-	-
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	6	-	-	-	-	-	-	2
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1	-	-	-	1	-	-	-
PROPRIEDADE PRODUTIVA E QUESTÃO FUNDIÁRIA	1	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÃO INDÍGENA	1	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES DE GÊNERO	22	-	-	6	3	-	-	-
QUESTÕES SOCIAIS	9	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES TRABALHISTAS	6	-	2	4	-	-	-	1
SAÚDE PÚBLICA	7	2	-	4	-	-	-	-
SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-
SETORES ESTRATÉGICOS	29	6	-	1	-	-	-	-
TEMAS REGIONAIS	26	-	-	1	-	-	-	-
VIOLÊNCIA	13	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>323</b>	<b>17</b>	<b>3</b>	<b>24</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>31</b>

Fonte: Base de dados do Senado Federal

#### **2.4.4 Eva Blay**

**Partido: PSDB – SP**

**Mandato: 1º/01/1995 a 31/01/1995**

Eva Alterman Blay nasceu na cidade de São Paulo aos quatro dias do mês de Junho de 1937. Graduiu-se em Sociologia pela USP, fez mestrado e doutorado em Ciências Sociais na mesma universidade e atualmente é professora titular desta instituição de ensino.

Foi uma das primeiras intelectuais a levar a questão de gênero para o ambiente acadêmico brasileiro nos anos 60 e 70.

Defensora dos direitos das mulheres fundou, em 1985 na Universidade de São Paulo, o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE) do qual é diretora científica.

Presidiu o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, ajudou na implantação de programas de creches e na criação da primeira delegacia da mulher.

Eva Blay assumiu o mandato de senadora em 1992 em virtude do titular, Fernando Henrique Cardoso, ter sido nomeado Ministro das Relações Exteriores. Neste mesmo ano filiou-se ao PSDB.

Em 1995, devido à renúncia de Fernando Henrique Cardoso para assumir a Presidência da República, foi nomeada Senadora titular.

Entre os 21 discursos proferidos e 12 matérias legislativas propostas, Eva Blay foi a única senadora a defender a prática do aborto legal, um dos temas de mais difícil discussão em qualquer Parlamento do mundo.

Ancorada por sua ampla experiência de trabalho com mulheres, contou com inúmeros estudos, documentos e apoio de várias organizações femininas para fazer avançar essa discussão. Não conseguiu alterar a lei do aborto, mas chamou a atenção para o atraso do atendimento de saúde às mulheres em todo o país e as conseqüências para as gerações que estão por vir.

No Senado Federal atuou também na instituição de símbolos, criação de políticas públicas específicas para mulheres, defendeu a igualdade salarial e a cota mínima para candidatas femininas, conforme dados apresentados na tabela 4.

**Tabela 4**

**Número de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Eva Blay Segundo as Principais Temáticas**

**Senado Federal, 1987 – 2003.**

PRINCIPAIS TEMÁTICAS	DISCURSOS	MATÉRIAS LEGISLATIVAS						
		RQI	PEC	PLS	PRS	PLC	RQS	DIV
ALIMENTAÇÃO/NUTRIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
ABORTO	3	-	-	-	-	-	-	-
ATIVIDADES RELIGIOSAS	-	-	-	-	-	-	-	-
COMBATE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL	1	-	-	-	-	-	-	-
DECISÕES GOVERNAMENTAIS	2	-	-	-	-	-	-	-
DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	-	-	-	-	-	-	-	-
DEFESA DE DIREITOS	-	-	-	-	-	-	-	-
ECONOMIA	1	-	-	-	-	-	-	-
EDUCAÇÃO	1	-	-	-	-	-	-	-
ESPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-
HABITAÇÃO	-	-	-	1	-	-	-	-
INCENTIVO E PROMOÇÃO A CULTURA	-	-	-	-	-	-	-	-
INSTITUIÇÃO DE SÍMBOLOS	4	-	-	1	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	8
PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS/GOVERNAMENTAIS	1	-	-	1	-	-	-	-
PRÁTICAS INTERNAS DO SF	1	-	-	-	-	-	-	-
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	-	-	-	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
PROPRIEDADE PRODUTIVA E QUESTÃO FUNDIÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÃO INDÍGENA	-	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES DE GÊNERO	4	-	-	1	-	-	-	-
QUESTÕES SOCIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES TRABALHISTAS	1	-	-	-	-	-	-	-
SAÚDE PÚBLICA	1	-	-	-	-	-	-	-
SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-
SETORES ESTRATÉGICOS	1	-	-	-	-	-	-	-
TEMAS REGIONAIS	-	-	-	-	-	-	-	-
VIOLÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	-	-	<b>4</b>	-	-	-	<b>8</b>

Fonte: Base de dados do Senado Federal

#### **2.4.5 Heloísa Helena**

**Partido: P-SOL – AL**

**Mandato: 1º/02/1999 a 2007**

Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho nasceu na cidade de Pão de Açúcar (AL) no dia 06 de junho de 1962. Graduada em Enfermagem e professora licenciada do Centro de Saúde da Universidade Federal de Alagoas iniciou as atividades políticas no movimento estudantil, dedicando-se posteriormente ao movimento docente e participando ativamente da luta de resistência à ditadura militar<sup>27</sup>.

Em 1992 foi eleita Vice-prefeita de Maceió (AL) e em 1994 conquistou uma cadeira na Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas com expressiva votação. Como representante de movimentos populares, levou ao legislativo estadual pautas que provocaram discussões sobre as problemáticas da Saúde, Educação e Reforma Agrária.

Eleita no pleito de outubro de 1998 pelo PT de Alagoas para o período de 1999 a 2007 foi a primeira senadora por seu estado e teve o maior percentual do partido de votos válidos: 55,92%<sup>28</sup>.

Expulsa do PT por contrariar posições da legenda, Heloísa Helena fundou em 06 de junho de 2004 o P-SOL – Partido Socialismo e Liberdade – do qual é presidente nacional.

O estudo dos 214 discursos e 72 matérias legislativas revela o combate às propostas de reforma do Estado e da Previdência e às privatizações promovidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

É possível verificar ainda sua preocupação com assuntos internos do Senado Federal, tais como a obediência ao Regimento Interno e pedidos de informações. Há também especial

---

<sup>27</sup> Dados extraídos do currículo disponível em [www.heloisahelena.com.br](http://www.heloisahelena.com.br). Acesso em 12 de Julho de 2005.

<sup>28</sup> 374.931 votos

atenção da senadora com as práticas administrativas e governamentais, com setores estratégicos e com a economia do país (tabela 5).

Audaciosa em seus pronunciamentos, sua presença no Senado Federal é marcante, sendo considerada uma das parlamentares mais atuantes no cenário político brasileiro.

Tabela 5

## Número de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Heloísa Helena Segundo as Principais Temáticas

Senado Federal, 1987 – 2003.

PRINCIPAIS TEMÁTICAS	DISCURSOS	MATÉRIAS LEGISLATIVAS						
		RQI	PEC	PLS	PRS	PLC	RQS	DIV
ALIMENTAÇÃO/NUTRIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
ABORTO	-	-	-	-	-	-	-	-
ATIVIDADES RELIGIOSAS	-	-	-	-	-	-	-	-
COMBATE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL	1	-	-	-	-	-	-	-
DECISÕES GOVERNAMENTAIS	7	1	-	1	-	-	-	2
DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	5	-	-	-	-	-	-	1
DEFESA DE DIREITOS	16	2	-	1	-	-	-	-
ECONOMIA	20	6	1	1	-	-	-	-
EDUCAÇÃO	2	2	1	-	-	-	-	-
ESPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-
HABITAÇÃO	2	-	-	-	-	-	-	-
INCENTIVO E PROMOÇÃO A CULTURA	-	1	-	-	-	-	-	-
INSTITUIÇÃO DE SÍMBOLOS	15	-	-	1	-	-	-	4
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-
PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS/GOVERNAMENTAIS	27	9	1	1	1	-	-	-
PRÁTICAS INTERNAS DO SF	28	-	-	-	-	-	-	5
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	2	2	-	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3	2	-	-	-	-	-	-
PROPRIEDADE PRODUTIVA E QUESTÃO FUNDIÁRIA	5	4	-	-	-	-	-	-
QUESTÃO INDÍGENA	-	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES DE GÊNERO	3	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES SOCIAIS	6	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES TRABALHISTAS	-	1	-	-	-	-	-	-
SAÚDE PÚBLICA	5	1	-	-	-	-	-	-
SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-
SETORES ESTRATÉGICOS	41	10	1	3	1	-	-	4
TEMAS REGIONAIS	15	1	-	-	-	-	-	-
VIOLÊNCIA	11	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>214</b>	<b>42</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16</b>

Fonte: Base de dados do Senado Federal

#### **2.4.6 Júnia Marise**

**Partido: PDT – MG**

**Mandato: 1º/02/1991 a 31/01/1999**

Júnia Marise Azeredo Coutinho, jornalista nascida aos vinte e um dias do mês de Junho de 1945 em Belo Horizonte (MG), foi a primeira mulher eleita para o cargo de senadora da República para a 49º e 50º legislaturas. A 49º legislatura refere-se ao período de 01/02/1991 até 31/01/1995 e a 50º legislatura refere-se ao período de 01/02/1995 até 31/01/1999.

Foi duas vezes Vereadora da capital mineira (1966 a 1970 e 1970 a 1974), Deputada Estadual (1974 a 1978), duas vezes Deputada Federal (1º/02/1979 a 31/01/1982 e 1º/02/1982 a 31/01/1986) e Vice-governadora do estado de Minas Gerais (1987 a 1991).

Em sua trajetória política, foi filiada do MDB (que depois se tornou PMDB) de 1966 a 1991. Em 1991 filiou-se ao PRN, partido do qual sairia em 1993 para ingressar no PDT. Foi líder deste último no Senado Federal entre 16/02/1995 e 31/01/1997.

Em seu mandato de senadora, Júnia Marise discursou 264 vezes e propôs 61 matérias legislativas.

De acordo com o estudo feito (tabela 6), nota-se sua preocupação com a instituição de símbolos, com setores estratégicos do país, questões ligadas à economia e ao social, além de temas voltados ao interesse de seu estado de origem.

**Tabela 6**

**Número de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Júnia Marise Segundo as Principais Temáticas**

**Senado Federal, 1987 – 2003.**

PRINCIPAIS TEMÁTICAS	DISCURSOS	MATÉRIAS LEGISLATIVAS						
		RQI	PEC	PLS	PRS	PLC	RQS	DIV
ALIMENTAÇÃO/NUTRIÇÃO	2	1	-	-	-	-	-	-
ABORTO	-	-	-	-	-	-	-	-
ATIVIDADES RELIGIOSAS	1	-	-	-	-	-	-	-
COMBATE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
DECISÕES GOVERNAMENTAIS	1	-	-	-	-	-	-	3
DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	5	-	-	-	-	-	-	-
DEFESA DE DIREITOS	6	-	-	1	-	-	-	-
ECONOMIA	34	6	-	1	-	-	-	-
EDUCAÇÃO	12	1	-	-	-	-	-	1
ESPORTE	1	-	-	-	-	-	-	-
HABITAÇÃO	4	1	-	-	-	-	-	-
INCENTIVO E PROMOÇÃO A CULTURA	1	-	-	-	-	-	-	-
INSTITUIÇÃO DE SÍMBOLOS	43	-	-	-	-	-	-	1
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	29
PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS/GOVERNAMENTAIS	16	1	-	2	1	-	-	1
PRÁTICAS INTERNAS DO SF	12	-	-	-	-	-	-	-
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	4	1	-	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	7	1	-	-	-	-	-	-
PROPRIEDADE PRODUTIVA E QUESTÃO FUNDIÁRIA	3	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÃO INDÍGENA	2	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES DE GÊNERO	3	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES SOCIAIS	24	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES TRABALHISTAS	4	-	-	2	-	-	-	-
SAÚDE PÚBLICA	9	-	-	2	-	-	-	-
SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-
SETORES ESTRATÉGICOS	42	2	-	3	-	-	-	-
TEMAS REGIONAIS	24	-	-	-	-	-	-	-
VIOLÊNCIA	4	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>264</b>	<b>14</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>35</b>

Fonte: Base de dados do Senado Federal

#### **2.4.7 Luzia Toledo**

**Partido: PSDB – ES**

**Mandato: 12/01/1999 a 31/05/2000**

Luzia Alves Toledo é advogada nascida na cidade de Mimoso do Sul (ES) em 05 de Janeiro de 1942.

Foi Secretária de Estado do Turismo, Cultura e Representação em Brasília, Vice-prefeita de Vitória (1996) – onde exerceu o cargo interinamente por três vezes em substituição ao titular Luiz Paulo Vellozo Lucas – e Vereadora da capital capixaba por duas legislaturas (1988 a 1992 e 1992 a 1996).

Ocupou a vaga de José Ignácio Ferreira no Senado Federal em 1999 para ele assumir o governo do Espírito Santo.

Durante sua rápida passagem como senadora (um ano e seis meses), proferiu 36 discursos e propôs 62 matérias legislativas.

Luzia Toledo preocupou-se com a instituição de datas comemorativas e homenagens diversas, também defendeu temas regionais por meio da propositura de políticas de incentivo ao turismo em seu estado de origem (tabela 7).

**Tabela 7**

**Número de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Luzia Toledo Segundo as Principais Temáticas**

**Senado Federal, 1987 – 2003.**

PRINCIPAIS TEMÁTICAS	DISCURSOS	MATÉRIAS LEGISLATIVAS						
		RQI	PEC	PLS	PRS	PLC	RQS	DIV
ALIMENTAÇÃO/NUTRIÇÃO	1	-	-	-	-	-	-	-
ABORTO	-	-	-	-	-	-	-	-
ATIVIDADES RELIGIOSAS	-	-	-	1	-	-	-	-
COMBATE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
DECISÕES GOVERNAMENTAIS	-	-	-	-	-	-	-	-
DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	1	-	-	2	-	-	-	-
DEFESA DE DIREITOS	3	-	-	14	-	-	-	-
ECONOMIA	1	-	-	4	-	-	-	-
EDUCAÇÃO	2	-	-	4	-	-	-	1
ESPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-
HABITAÇÃO	-	-	-	2	-	-	-	-
INCENTIVO E PROMOÇÃO A CULTURA	-	-	-	-	-	-	-	-
INSTITUIÇÃO DE SÍMBOLOS	9	-	-	1	-	-	-	1
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-
PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS/GOVERNAMENTAIS	-	-	1	5	-	-	-	-
PRÁTICAS INTERNAS DO SF	3	-	-	-	-	-	-	-
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	-	-	-	1	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1	-	-	-	-	-	-	-
PROPRIEDADE PRODUTIVA E QUESTÃO FUNDIÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÃO INDÍGENA	-	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES DE GÊNERO	3	-	-	3	-	-	-	-
QUESTÕES SOCIAIS	-	-	-	1	-	-	-	-
QUESTÕES TRABALHISTAS	-	-	-	6	-	-	-	-
SAÚDE PÚBLICA	-	-	-	3	-	-	-	-
SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-
SETORES ESTRATÉGICOS	4	-	1	7	-	-	-	1
TEMAS REGIONAIS	8	-	-	-	-	-	-	-
VIOLÊNCIA	-	-	-	3	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>57</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3</b>

Fonte: Base de dados do Senado Federal

#### **2.4.8 Maria do Carmo Alves**

**Partido: PFL – SE**

**Mandato: 1º/02/1999 a 2007**

Maria do Carmo do Nascimento Alves nasceu em 23 de Agosto de 1941 e é natural de Cedro de São João, Sergipe. Empresária e advogada, foi eleita Senadora da República no pleito de outubro de 1998 com 325.703 votos – 51,54% dos votos válidos – para o período de 1999 a 2007.

Casada com João Alves Filho (ex-prefeito de Aracaju, ex-governador sergipano por duas vezes e ex-ministro do Interior) exerceu o comando de programas sociais na condição de primeira dama do estado e do município durante as administrações de seu marido, onde se destacou pelo trabalho social desenvolvido. Antes, porém, havia exercido, dentre outros cargos, a presidência do Núcleo de Trabalho Comunitário de Sergipe, a presidência do Conselho Estadual de Administração da Fundação Renascer (órgão executor da política da criança e do adolescente) e a presidência do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Idoso.

Dentre os programas de política social que implantou, destacam-se os de alimentação alternativa executados em todo o estado, o trabalho de desfavelamento da capital sergipana, a implantação de um programa para a reintegração das mulheres desamparadas à sociedade e a criação de uma casa para o atendimento aos mendigos e migrantes carentes.

Em fevereiro de 2003 licenciou-se do Senado Federal para assumir a Secretaria de Estado de Combate a Pobreza, da Assistência Social e do Trabalho na terceira gestão do governador João Alves Filho em Sergipe.

Pelos 93 discursos e 27 matérias legislativas, verifica-se sua preocupação com a instituição de símbolos, setores estratégicos e temas voltados ao interesse de seu estado de origem (tabela 8).

**Tabela 8**

**Número de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Maria do Carmo Alves Segundo as Principais Temáticas Senado Federal, 1987 – 2003.**

PRINCIPAIS TEMÁTICAS	DISCURSOS	MATÉRIAS LEGISLATIVAS						
		RQI	PEC	PLS	PRS	PLC	RQS	DIV
ALIMENTAÇÃO/NUTRIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
ABORTO	-	-	-	-	-	-	-	-
ATIVIDADES RELIGIOSAS	1	-	-	-	-	-	-	-
COMBATE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL	4	-	-	-	-	-	-	-
DECISÕES GOVERNAMENTAIS	2	-	-	-	-	-	-	-
DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	1	-	-	-	-	-	-	-
DEFESA DE DIREITOS	2	-	-	5	-	-	-	-
ECONOMIA	4	-	-	4	-	-	-	-
EDUCAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
ESPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-
HABITAÇÃO	1	-	-	-	-	-	-	-
INCENTIVO E PROMOÇÃO A CULTURA	-	-	-	-	-	-	-	-
INSTITUIÇÃO DE SÍMBOLOS	19	-	-	1	-	-	-	2
OUTROS	-	-	-	1	-	-	-	-
PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS/GOVERNAMENTAIS	3	1	-	2	-	-	-	-
PRÁTICAS INTERNAS DO SF	1	-	-	-	-	-	-	-
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	3	1	1	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1	-	-	-	-	-	-	-
PROPRIEDADE PRODUTIVA E QUESTÃO FUNDIÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÃO INDÍGENA	-	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES DE GÊNERO	8	-	1	-	-	-	-	-
QUESTÕES SOCIAIS	7	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES TRABALHISTAS	1	-	-	-	-	-	-	-
SAÚDE PÚBLICA	3	-	-	-	-	-	-	-
SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-	1	-	-	-	-
SETORES ESTRATÉGICOS	20	1	-	5	-	-	-	1
TEMAS REGIONAIS	9	-	-	-	-	-	-	-
VIOLÊNCIA	3	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>93</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3</b>

Fonte: Base de dados do Senado Federal

#### **2.4.9 Marina Silva**

**Partido: PT – AC**

**Mandato: 1º/02/1995 a 31/01/2003**

Maria Osmarina Silva de Souza<sup>29</sup> nasceu em 8 de fevereiro de 1958 numa colação de seringa chamada Breu Velho<sup>30</sup> a 70 quilômetros de Rio Branco, capital do Acre. A também conhecida por *Senadora da Floresta* ou *Marina do PT* tem uma história totalmente diferente de suas companheiras senadoras.

Trabalhou em seringais e foi analfabeta até os 15 anos. Frequentou aulas no Mobral e fez curso de Educação Integrada, onde aprendeu a ler e escrever. Fez o supletivo de 1º e 2º graus e, antes dos 20 anos, já se preparava para fazer vestibular e entrar na universidade. Na Universidade Federal do Acre iniciou o curso de História e o concluiu em 4 anos.

Nas lutas junto aos moradores do bairro onde morava na capital acreana, descobriu a política não-partidária dos movimentos sociais. Na escola, aproximou-se das lideranças do movimento estudantil e na universidade descobriu o marxismo.

Entrou para o PRC<sup>31</sup> – um dos vários grupos semi-clandestinos que atuavam na oposição ao regime militar – deu aulas de História e frequentou as reuniões do movimento sindical dos professores.

Em 1984, junto com Chico Mendes, fundou a CUT no Acre, ele coordenador e ela vice. Com a intensa atividade de Mendes nos seringais, Marina Silva assumia, na maior parte do tempo, a liderança do movimento sindical.

Em 1985 filiou-se ao PT e nas eleições do ano seguinte candidatou-se a Deputada Federal, mas não logrou êxito.

---

<sup>29</sup> Dados extraídos do currículo disponível em [www.senado.gov.br/web/senador/marinasi/marinasi.htm](http://www.senado.gov.br/web/senador/marinasi/marinasi.htm). Acesso em 12 de Julho de 2005.

<sup>30</sup> Hoje o local é um projeto de assentamento de agricultores executado pelo INCRA.

<sup>31</sup> Partido Revolucionário Comunista.

Nas eleições municipais de 1988 foi a vereadora mais votada em Rio Branco e conquistou a única vaga da esquerda na Câmara Municipal. Dois anos depois, em 1990, candidatou-se a Deputada Estadual e obteve a maior votação de seu partido.

Em 1995 foi eleita Senadora da República, tornando-se a principal voz da Amazônia.

Por meio de 379 discursos e 114 matérias legislativas, Marina Silva propôs importantes projetos, entre eles, o de regulamentação do acesso aos recursos da biodiversidade. Preocupou-se principalmente com a preservação ambiental e com questões indígenas. Suas ações parlamentares tratam também das práticas internas do Senado Federal, de instituição de símbolos e temas voltados a interesses de sua região de origem (tabela 9).

Em outubro de 2002 foi reeleita senadora pela legenda do PT com 157.588 votos – 32,3% dos votos válidos – mas assumiu sua cadeira Siba Machado (1º suplente), pois em 1º de Janeiro de 2003 assumiu o Ministério do Meio Ambiente do governo Lula.

Tabela 9

**Número de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Marina Silva Segundo as Principais Temáticas**  
**Senado Federal, 1987 – 2003.**

PRINCIPAIS TEMÁTICAS	DISCURSOS	MATÉRIAS LEGISLATIVAS						
		RQI	PEC	PLS	PRS	PLC	RQS	DIV
ALIMENTAÇÃO/NUTRIÇÃO	5	-	-	-	-	-	-	-
ABORTO	-	-	-	-	-	-	-	-
ATIVIDADES RELIGIOSAS	3	-	-	-	-	-	-	-
COMBATE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL	3	-	-	-	-	-	-	-
DECISÕES GOVERNAMENTAIS	8	4	-	-	-	-	-	-
DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	12	1	-	3	-	-	-	-
DEFESA DE DIREITOS	5	-	-	5	-	-	-	-
ECONOMIA	9	2	1	2	-	-	-	1
EDUCAÇÃO	9	2	-	-	-	-	-	-
ESPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-
HABITAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
INCENTIVO E PROMOÇÃO A CULTURA	1	-	-	2	-	-	-	-
INSTITUIÇÃO DE SÍMBOLOS	30	-	-	8	2	-	-	10
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	10
PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS/GOVERNAMENTAIS	12	2	3	7	-	-	-	2
PRÁTICAS INTERNAS DO SF	43	-	-	-	7	-	-	-
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	78	4	-	2	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2	-	-	1	-	-	-	-
PROPRIEDADE PRODUTIVA E QUESTÃO FUNDIÁRIA	19	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÃO INDÍGENA	31	-	-	2	-	-	-	-
QUESTÕES DE GÊNERO	7	-	-	1	-	-	-	-
QUESTÕES SOCIAIS	24	1	-	-	-	-	-	1
QUESTÕES TRABALHISTAS	2	-	-	4	-	-	-	-
SAÚDE PÚBLICA	4	-	-	6	-	-	-	-
SEGURANÇA PÚBLICA	3	-	-	-	-	-	-	-
SETORES ESTRATÉGICOS	17	4	-	10	-	-	-	-
TEMAS REGIONAIS	36	3	-	-	-	-	-	-
VIOLÊNCIA	16	-	-	1	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>379</b>	<b>23</b>	<b>4</b>	<b>54</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24</b>

Fonte: Base de dados do Senado Federal

#### **2.4.10 Marluce Pinto**

**Partido: PMDB – RR**

**Mandato: 1º/02/1991 a 31/01/1995 e 1º/02/1995 a 31/01/2003**

Maria Marluce Moreira Pinto nasceu em três de Junho de 1938 na cidade de Jaguaruana, Ceará. Foi Governadora nomeada para o Território de Roraima entre 1979 e 1983.

Em 1987 foi eleita Deputada Federal e em 03 de Outubro de 1990 tornou-se uma das duas primeiras Senadoras da República<sup>32</sup>. Neste mandato, Marluce Pinto só pôde ser eleita para quatro anos em virtude de ter sido o primeiro pleito da representação do estado de Roraima, antes território. Foi reeleita em 1995 (50º e 51º legislaturas<sup>33</sup>) pelo PTB com 45.189 votos (30,45% dos votos válidos).

No Senado Federal – entre 19/04/1995 e 26/09/1995 – foi a 1º Vice-Líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ingressou no PMDB e, entre 14/08/2001 e 31/01/2003, foi a 5º Vice-Líder deste partido.

Em 133 discursos e 82 matérias legislativas a senadora destacou-se pela instituição de símbolos, promoção de políticas em defesa dos índios, preocupação com setores estratégicos e práticas administrativas internas do Senado Federal, além de temas ligados a seu estado de origem (tabela 10).

---

<sup>32</sup> Júnia Marise e Marluce Pinto foram as primeiras mulheres eleitas para o Senado Federal.

<sup>33</sup> A 50ª Legislatura refere-se ao período de 01/02/1995 até 31/01/1999 e a 51ª Legislatura refere-se ao período de 01/02/1999 até 31/01/2003.

**Tabela 10**

**Número de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Marluce Pinto Segundo as Principais Temáticas**

**Senado Federal, 1987 – 2003.**

PRINCIPAIS TEMÁTICAS	DISCURSOS	MATÉRIAS LEGISLATIVAS						
		RQI	PEC	PLS	PRS	PLC	RQS	DIV
ALIMENTAÇÃO/NUTRIÇÃO	-	-	-	2	-	-	-	-
ABORTO	-	-	-	-	-	-	-	-
ATIVIDADES RELIGIOSAS	-	-	-	-	-	-	-	-
COMBATE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
DECISÕES GOVERNAMENTAIS	11	-	-	-	-	-	-	-
DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	6	-	-	3	-	-	-	-
DEFESA DE DIREITOS	3	-	-	1	-	-	-	-
ECONOMIA	5	-	-	4	-	-	-	-
EDUCAÇÃO	6	-	-	17	-	-	-	-
ESPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-
HABITAÇÃO	-	-	-	1	-	-	-	-
INCENTIVO E PROMOÇÃO A CULTURA	-	-	-	-	-	-	-	-
INSTITUIÇÃO DE SÍMBOLOS	16	-	-	-	-	-	-	1
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	16
PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS/GOVERNAMENTAIS	1	1	3	6	-	-	-	-
PRÁTICAS INTERNAS DO SF	13	-	-	1	-	-	-	-
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	8	-	-	-	-	-	-	3
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
PROPRIEDADE PRODUTIVA E QUESTÃO FUNDIÁRIA	4	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÃO INDÍGENA	14	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES DE GÊNERO	7	-	-	1	-	-	-	-
QUESTÕES SOCIAIS	4	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES TRABALHISTAS	-	-	-	3	-	-	-	-
SAÚDE PÚBLICA	1	-	-	1	-	-	-	-
SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-
SETORES ESTRATÉGICOS	20	-	-	16	-	-	-	1
TEMAS REGIONAIS	12	-	-	1	-	-	-	-
VIOLÊNCIA	2	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>133</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>57</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21</b>

Fonte: Base de dados do Senado Federal

#### **2.4.11 Regina Assumpção**

**Partido: PTB – MG**

**Mandato: 08/05/1996 a 12/04/1998**

Regina Maria d'Assumpção nasceu em 15 de Maio de 1951 na cidade de Ouro Preto, MG. Formada em jornalismo, foi nomeada senadora em 1996, pois era suplente do então Ministro da Agricultura, Arlindo Porto.

Foi vice-líder do PTB entre 1997 e 1998 e não teve muita expressividade em sua atuação enquanto parlamentar.

Enquanto parlamentar, contribuiu com apenas 12 discursos e 5 matérias legislativas, os quais trataram principalmente sobre a instituição de símbolos (tabela 11).

**Tabela 11**

**Número de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Regina Assumpção Segundo as Principais Temáticas Senado Federal, 1987 – 2003.**

PRINCIPAIS TEMÁTICAS	DISCURSOS	MATÉRIAS LEGISLATIVAS						
		RQI	PEC	PLS	PRS	PLC	RQS	DIV
ALIMENTAÇÃO/NUTRIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
ABORTO	-	-	-	-	-	-	-	-
ATIVIDADES RELIGIOSAS	-	-	-	-	-	-	-	-
COMBATE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
DECISÕES GOVERNAMENTAIS	-	-	-	-	-	-	-	-
DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	1	-	1	-	-	-	-	-
DEFESA DE DIREITOS	2	-	-	-	-	-	-	-
ECONOMIA	-	-	-	2	-	-	-	-
EDUCAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
ESPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-
HABITAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
INCENTIVO E PROMOÇÃO A CULTURA	-	-	-	-	-	-	-	-
INSTITUIÇÃO DE SÍMBOLOS	4	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-
PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS/GOVERNAMENTAIS	-	-	-	2	-	-	-	-
PRÁTICAS INTERNAS DO SF	-	-	-	-	-	-	-	-
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	1	-	-	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1	-	-	-	-	-	-	-
PROPRIEDADE PRODUTIVA E QUESTÃO FUNDIÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÃO INDÍGENA	1	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES DE GÊNERO	1	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES SOCIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES TRABALHISTAS	-	-	-	-	-	-	-	-
SAÚDE PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-
SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-
SETORES ESTRATÉGICOS	1	-	-	-	-	-	-	-
TEMAS REGIONAIS	-	-	-	-	-	-	-	-
VIOLÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	-	<b>1</b>	<b>4</b>	-	-	-	<b>0</b>

Fonte: Base de dados do Senado Federal

#### **2.4.12 Sandra Guidi**

**Partido: PPB – SC**

**Mandato: 04/01/1999 a 31/01/1999**

Sandra Zanatta Guidi nasceu em Santa Catarina, SC, aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de 1948 e é casada com o Deputado Federal Altair Guidi. Formada em Ciências Biológicas e Pedagogia, foi Presidente da Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma de 1977 a 1982.

Foi eleita no pleito de outubro de 1990 como 2º suplente do Senador Esperidião Amim e, em virtude do falecimento do primeiro suplente, Dilso Chechin, exerceu o mandato de 29/08/1996 a 30/12/1996 no lugar do titular. Neste período não houve atividade discursiva ou política da parlamentar.

Com a renúncia do Senador Esperidião Amim para assumir o governo catarinense em 1º/01/1999, Sandra Guidi assumiu a titularidade até 31/01/1999, completando o mandato que ele deveria cumprir.

Foram encontrados apenas 7 discursos, cujos interesses versavam sobre educação, preservação ambiental, instituição de símbolos, questões de gênero e práticas internas do Senado Federal. Nenhuma matéria legislativa foi proposta (tabela 12).

Interessante foi a constatação de que até 2003 este havia sido o menor mandato exercido por uma mulher no Senado Federal. Contudo, a menor permanência no Senado foi da senadora Maria Benigna Jucá (PSB-AP), que substituiu o senador Sebastião Rocha no recesso parlamentar entre 24 e 31 de janeiro de 2003.

**Tabela 12**

**Número de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Sandra Guidi Segundo as Principais Temáticas  
Senado Federal, 1987 – 2003.**

PRINCIPAIS TEMÁTICAS	DISCURSOS	MATÉRIAS LEGISLATIVAS						
		<i>RQI</i>	<i>PEC</i>	<i>PLS</i>	<i>PRS</i>	<i>PLC</i>	<i>RQS</i>	<i>DIV</i>
ALIMENTAÇÃO/NUTRIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
ABORTO	-	-	-	-	-	-	-	-
ATIVIDADES RELIGIOSAS	-	-	-	-	-	-	-	-
COMBATE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
DECISÕES GOVERNAMENTAIS	-	-	-	-	-	-	-	-
DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	-	-	-	-	-	-	-	-
DEFESA DE DIREITOS	-	-	-	-	-	-	-	-
ECONOMIA	-	-	-	-	-	-	-	-
EDUCAÇÃO	2	-	-	-	-	-	-	-
ESPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-
HABITAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
INCENTIVO E PROMOÇÃO A CULTURA	-	-	-	-	-	-	-	-
INSTITUIÇÃO DE SÍMBOLOS	1	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-
PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS/GOVERNAMENTAIS	-	-	-	-	-	-	-	-
PRÁTICAS INTERNAS DO SF	1	-	-	-	-	-	-	-
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	2	-	-	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
PROPRIEDADE PRODUTIVA E QUESTÃO FUNDIÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÃO INDÍGENA	-	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES DE GÊNERO	1	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES SOCIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES TRABALHISTAS	-	-	-	-	-	-	-	-
SAÚDE PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-
SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-
SETORES ESTRATÉGICOS	-	-	-	-	-	-	-	-
TEMAS REGIONAIS	-	-	-	-	-	-	-	-
VIOLÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Base de dados do Senado Federal

### **2.4.13 Thelma Siqueira Campos**

**Partido: PPB – TO**

**Mandato: 05/04/2000 a 26/06/2000**

Thelma Menezes Siqueira Campos Lourenço nasceu na capital paulista em 28 de Agosto de 1955. Formada em odontologia, trabalhou em Goiânia (GO) e Brasília (DF) entre 1981 a 1997.

Em 1998 foi nomeada em Palmas (TO) Secretária Municipal de Ação Comunitária e no ano seguinte, 1999, assumiu a Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Ação Social de Tocantins.

Em abril de 2000 assumiu como 1º suplente a cadeira de seu irmão, Senador Eduardo Siqueira Campos, pois ele se afastou do exercício do mandato em 30 de março de 2000 para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo de Tocantins. Thelma Siqueira integrou a bancada do PPB até Junho de 2000, quando o titular reassumiu o mandato.

No período em que foi senadora, não propôs matérias legislativas e discursou apenas 4 vezes sobre instituição de símbolos, temas regionais e questão de gênero (tabela 13).

**Tabela 13**

**Número de Discursos e Matérias Legislativas da Senadora Thelma Siqueira Campos Segundo as Principais Temáticas Senado Federal, 1987 – 2003.**

PRINCIPAIS TEMÁTICAS	DISCURSOS	MATÉRIAS LEGISLATIVAS						
		RQI	PEC	PLS	PRS	PLC	RQS	DIV
ALIMENTAÇÃO/NUTRIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
ABORTO	-	-	-	-	-	-	-	-
ATIVIDADES RELIGIOSAS	-	-	-	-	-	-	-	-
COMBATE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
DECISÕES GOVERNAMENTAIS	-	-	-	-	-	-	-	-
DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	-	-	-	-	-	-	-	-
DEFESA DE DIREITOS	-	-	-	-	-	-	-	-
ECONOMIA	-	-	-	-	-	-	-	-
EDUCAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
ESPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-
HABITAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
INCENTIVO E PROMOÇÃO A CULTURA	-	-	-	-	-	-	-	-
INSTITUIÇÃO DE SÍMBOLOS	2	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-
PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS/GOVERNAMENTAIS	-	-	-	-	-	-	-	-
PRÁTICAS INTERNAS DO SF	-	-	-	-	-	-	-	-
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	-	-	-	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
PROPRIEDADE PRODUTIVA E QUESTÃO FUNDIÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÃO INDÍGENA	-	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES DE GÊNERO	1	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES SOCIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-
QUESTÕES TRABALHISTAS	-	-	-	-	-	-	-	-
SAÚDE PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-
SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-
SETORES ESTRATÉGICOS	-	-	-	-	-	-	-	-
TEMAS REGIONAIS	1	-	-	-	-	-	-	-
VIOLÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Base de dados do Senado Federal

# CAPÍTULO 3

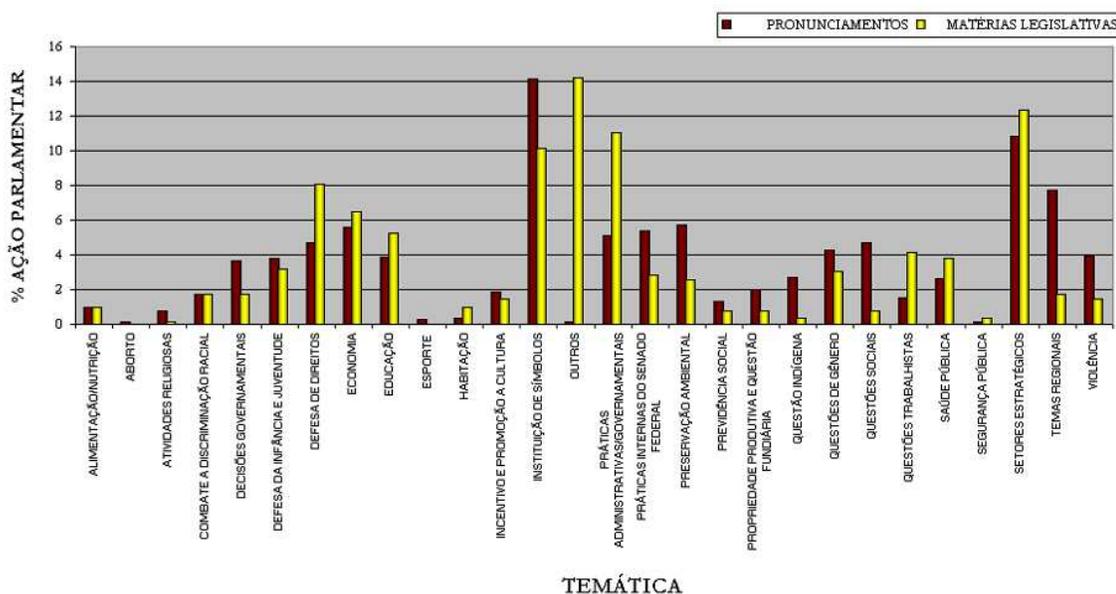
## ANÁLISE GLOBAL DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS E POLÍTICAS DAS SENADORAS: 1987 – 2003

No capítulo anterior, foi descrito o perfil de cada senadora segundo as temáticas identificadas nas ações parlamentares. Nesta parte, os dados foram totalizados para investigar a atuação global da bancada feminina no Senado Federal.

### 3.1 Pronunciamentos e matérias legislativas

A tabulação dos dados descritos anteriormente perfaz 1.929 discursos proferidos em plenário e 633 matérias legislativas de autoria das senadoras no período compreendido entre 1987 e 2003. A distribuição das temáticas e sua oscilação no universo empírico observado podem ser ilustradas no gráfico 2. A relação dessas frequências está descrita na tabela 14.

**Gráfico 2 - Distribuição da porcentagem dos pronunciamentos e matérias legislativas das senadoras por temática. Senado Federal, 1987 – 2003.**



Fonte: Base de dados do Senado Federal

**Tabela 14****Temáticas apresentadas nos pronunciamentos e matérias legislativas das senadoras  
Senado Federal, 1987 – 2003.**

PRINCIPAIS TEMÁTICAS	PRONUNCIAMENTOS		MATÉRIAS LEGISLATIVAS	
	Nº	%	Nº	%
ALIMENTAÇÃO/NUTRIÇÃO	18	0,93	6	0,95
ABORTO	3	0,16	-	0,00
ATIVIDADES RELIGIOSAS	15	0,78	1	0,16
COMBATE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL	33	1,71	11	1,74
DECISÕES GOVERNAMENTAIS	70	3,63	11	1,74
DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	73	3,78	20	3,16
DEFESA DE DIREITOS	90	4,67	51	8,06
ECONOMIA	108	5,60	41	6,48
EDUCAÇÃO	74	3,84	33	5,21
ESPORTE	5	0,26	-	0,00
HABITAÇÃO	7	0,36	6	0,95
INCENTIVO E PROMOÇÃO A CULTURA	36	1,87	9	1,42
INSTITUIÇÃO DE SÍMBOLOS	273	14,15	64	10,11
OUTROS	3	0,16	90	14,22
PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS/GOVERNAMENTAIS	99	5,13	70	11,06
PRÁTICAS INTERNAS DO SENADO FEDERAL	104	5,39	18	2,84
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	111	5,75	16	2,53
PREVIDÊNCIA SOCIAL	25	1,30	5	0,79
PROPRIEDADE PRODUTIVA E QUESTÃO FUNDIÁRIA	39	2,02	5	0,79
QUESTÃO INDÍGENA	52	2,70	2	0,32
QUESTÕES DE GÊNERO	83	4,30	19	3,00
QUESTÕES SOCIAIS	91	4,72	5	0,79
QUESTÕES TRABALHISTAS	29	1,50	26	4,11
SAÚDE PÚBLICA	51	2,64	24	3,79
SEGURANÇA PÚBLICA	3	0,16	2	0,32
SETORES ESTRATÉGICOS	209	10,83	78	12,32
TEMAS REGIONAIS	149	7,72	11	1,74
VIOLÊNCIA	76	3,94	9	1,42
<b>TOTAL</b>	<b>1929</b>	<b>100,00</b>	<b>633</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Base de dados do Senado Federal

### **3.1.1 Análise das práticas discursivas**

Os dados sobre os pronunciamentos extraídos da tabela 14 e gráfico 2 revelam que as senadoras têm por interesse primeiro a instituição de símbolos: 14,15% dos discursos proferidos versam sobre sugestão e instituição de datas comemorativas, manifestações de pesar, homenagens e agradecimentos diversos.

Em segundo lugar, verifica-se que 10,83% dos pronunciamentos tratam de temas definidos por “setores estratégicos”, tais como: agricultura, pecuária, industrialização, empresas privadas, transportes, rodovias, hidrovias, hidroelétricas, pesca, telecomunicações e Petrobrás.

Destacam-se também os assuntos de interesses da Unidade da Federação de origem das senadoras (7,72%) e por questões ligadas à preservação do meio ambiente e, especialmente, da Floresta Amazônica (5,75%).

Há que se ressaltar ainda a preocupação das senadoras com questões ligadas à economia – atividades econômicas, mercado de trabalho, tributos e incentivos fiscais – (5,60%), temas ligados às práticas administrativas realizadas na Casa em estudo e pedidos de obediência ao seu regulamento interno (5,13%).

As frequências intermediárias referem-se às questões sociais (4,72%), defesa de direitos (4,67%), questões de gênero (4,30%), violência (3,94%), educação (3,84%), defesa da infância e juventude (3,78%) e decisões governamentais (3,63%).

Constata-se o aparecimento, de forma residual, temas como: o aborto (0,16%), segurança pública (0,16%), esporte (0,26%) e habitação (0,36%).

### **3.1.2 Análise das práticas políticas**

Com a utilização dos mesmos instrumentos de análise, observa-se que, assim como nos discursos, a atenção voltada aos setores estratégicos e instituição de símbolos ganha lugar de destaque: 12,32% e 10,11% respectivamente.

Os dados indicam ainda a preocupação das senadoras em suas matérias legislativas com considerações sobre licenças e pedidos de ausência (14,22%), práticas administrativas/governamentais (11,06%) e defesa de direitos (8,06%).

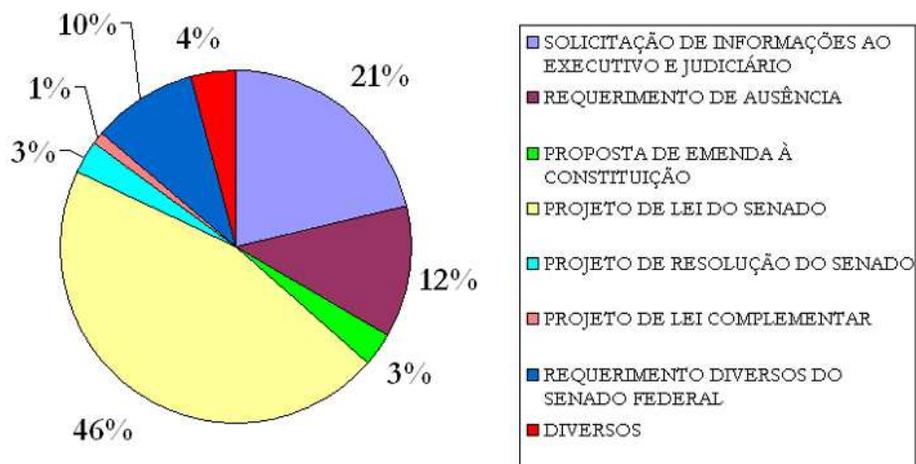
As temáticas menos frequentes, com seus respectivos valores, são: questões sociais (0,79%) e fundiárias (0,79%); temas ligados à Previdência Social (0,79%); segurança pública (0,32%); questão indígena (0,32%) e atividades religiosas (0,16%). Importante lembrar que não se registrou nenhuma matéria legislativa relacionada ao aborto, nem ao esporte.

Portanto, por meio do exame do gráfico 2 e tabela 14 é possível observar que a frequência das principais temáticas apresentadas nos pronunciamentos e matérias legislativas oscilam de forma semelhante.

### **3.2 Tipos de matérias legislativas propostas**

A distribuição da frequência dos tipos de matérias legislativas propostas por senadoras no período estudado pode ser ilustrada no gráfico 3. A relação dessas frequências está descrita na tabela 15.

**Gráfico 3 - Distribuição da porcentagem de matérias legislativas propostas pelas senadoras por espécies. Senado Federal, 1987 – 2003.**



Fonte: Base de dados do Senado Federal.

**Tabela 15 - Tipos de matérias legislativas propostas por senadoras. Senado Federal, 1987 – 2003.**

SIGLA	MATÉRIA	Nº	%
RQI	SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO EXECUTIVO E JUDICIÁRIO	135	21,20
AUS	REQUERIMENTO DE AUSÊNCIA	76	12,03
PEC	PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	19	3,01
PLS	PROJETO DE LEI DO SENADO	289	45,72
PRS	PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	19	3,01
PLC	PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	7	1,11
RQS	REQUERIMENTOS DIVERSOS DO SENADO FEDERAL	61	9,65
DIV	DIVERSOS	27	4,27
<b>TOTAL</b>		<b>633</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Base de dados do Senado Federal.

Ao analisar a tabela 15 e gráfico 3, nota-se que 45,72% das matérias legislativas propostas consistem em Projetos de Lei iniciados no Senado, enquanto 21,20% das matérias propostas visam fiscalizar e dar transparência ao Estado (Solicitação de Informações sobre o Executivo e Judiciário). Tal fato demonstra o interesse dessas parlamentares em relação à regulação e fiscalização da Administração Pública.

Ao dedicarem mais de 20% de todas as suas iniciativas à reorganização do Estado, identifica-se um traço marcante da atividade parlamentar federal feminina: as mulheres parecem não concordar com algumas atividades praticadas no ambiente institucional em que se encontram.

Os Requerimentos de Ausência (licença autorizada) perfazem o total de 12,03% das matérias legislativas e os Requerimentos Diversos 9,65%. Apenas 3,01% são Propostas de Emenda à Constituição, 3,01% são Projetos de Resolução do Senado e 1,11% são Projetos de Lei Complementar.

Os dados indicam que há uma forte tendência deste grupo feminino de parlamentares em busca de uma forma reordenadora do ambiente político-estatal. Os números obtidos revelam importante esforço de fiscalização convivendo com as iniciativas de lei. As Solicitações de Informações ao Executivo e Judiciário traduzem os esforços desta vigilância, pois consistem, na maior parte das vezes, em idéias apresentadas principalmente aos Ministérios para regulação de matérias de competência do poder executivo.

### **3.3 Resultados das iniciativas parlamentares**

A tabela 16 mostra a sorte que, de modo geral, têm encontrado as iniciativas propostas pelas senadoras federais:

**Tabela 16 - Resultados das iniciativas parlamentares das senadoras por situação. Senado Federal, 1987 – 2003.**

<b>SITUAÇÃO DAS INICIATIVAS</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Arquivada	431	68,19
Tramitando	83	13,18
Tramitando Anexada	60	9,41
Aprovada	30	4,64
Retirada pela Autora	13	2,04
Transformada em Norma	10	1,55
Vetada	6	0,99
<b>TOTAL</b>	<b>633</b>	<b>100</b>

Fonte: Base de dados do Senado Federal.

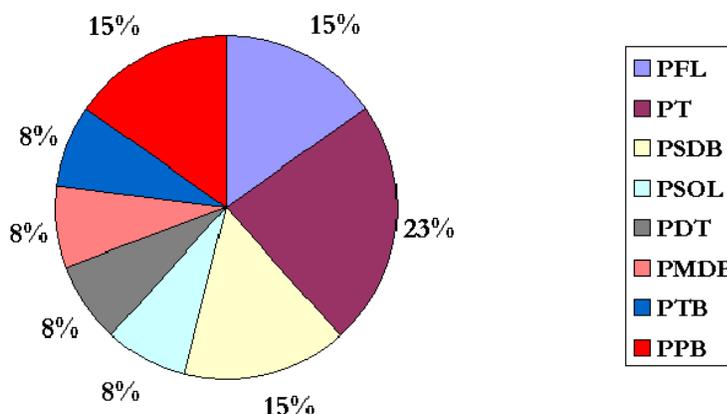
Estes dados revelam que o padrão de admissão de matérias propostas pelas senadoras é cerca de 4,64%. Observa-se que apenas uma parcela pequena do que é apresentado vem a ser transformado em norma jurídica (1,55%). Até a data de consulta ao banco de dados do Senado, verificou-se que quase 25% do que foi apresentado no período analisado continua em tramitação.

Desta feita, estes números indicam que as mulheres pouco influenciam nas práticas políticas da Câmara Alta.

### **3.4 Filiação partidária das senadoras**

O gráfico 4 mostra a distribuição das senadoras por filiação partidária.

**Gráfico 4 - Distribuição da porcentagem das senadoras por filiação partidária. Senado Federal, 1987 – 2003.**



Fonte: Base de dados do Senado Federal.

Este gráfico mostra que a maioria das senadoras (8) são representantes dos partidos considerados à centro-direita do espectro político-ideológico brasileiro (PSDB, PMDB, PFL, PTB, PPB), enquanto existem apenas cinco representantes das agremiações de esquerda (PT, PSOL, PDT).

Essa identificação dos partidos políticos em relação ao espectro ideológico foi sugerida por Bolívar Lamounier no texto “Partidos Políticos:

“(…) é possível identificar os partidos que mais influência têm tido, seja ao nível nacional, estadual ou municipal, na formação dos governos e no processo legislativo, ao longo dos últimos 11 anos. Ao centro do espectro ideológico, encontram-se o PMDB e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), (...). À direita, destacam-se PFL, PTB e PPB (Partido Popular Brasileiro), sendo este último fruto da fusão do PPR (formado por ex-membros do PDS, que se dissolveu) com o pequeno PP (Partido Popular). Dos três, o PFL é o

mais influente, sendo o segundo maior partido parlamentar desde 1986 (...) Finalmente, à esquerda, sobressaem o PT e o PDT”.<sup>34</sup>

A tabela 17 apresenta o número de discursos e matérias legislativas segundo a filiação partidária.

**Tabela 17 - Discursos e matérias legislativas propostos pelas senadoras segundo a filiação partidária. Senado Federal, 1987 – 2003.**

<b>PARTIDO</b>	<b>DISCURSOS</b>	<b>MATÉRIAS LEGISLATIVAS</b>
PFL	98	29
PT	1140	310
PSDB	57	74
PSOL	214	72
PDT	264	61
PMDB	133	82
PTB	12	5
PPB	11	0
<b>TOTAL</b>	<b>1929</b>	<b>633</b>

Fonte: Base de dados do Senado Federal.

A quantidade de pronunciamentos e matérias legislativas examinadas reflete que o PSDB foi o partido político que propôs mais matérias legislativas em relação à quantidade de discursos. Por outro lado, o PPB nada propôs de tudo o que falou.

As agremiações PT, PSOL e PDT possuíam menos representantes, contudo foram responsáveis por 1.618 (83,87%) pronunciamentos e 443 (69,98%) matérias legislativas enquanto que PFL, PSDB, PMDB, PTB e PPB juntos são responsáveis por apenas 156 pronunciamentos e 87 matérias legislativas (16,13% e 30,02%, respectivamente).

<sup>34</sup> Bolívar Lamounier. Partidos Políticos. Disponível em: [www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/consnac/orgpol/oposicao/partpol/apresent.htm](http://www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/consnac/orgpol/oposicao/partpol/apresent.htm).

## **CAPÍTULO 4**

### **OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E O CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO**

Para analisar a ação política e as questões provenientes das senadoras brasileiras faz-se necessário o levantamento das demandas clássicas dos movimentos feministas no país.

Neste capítulo, são apresentados: um breve histórico do feminismo e a influência deste no campo político brasileiro; e principais reivindicações da Plataforma Política Feminista.

#### **4.1 Um breve histórico do feminismo**

O feminismo é compreendido como teoria e prática política, ambas comprometidas com as condições de vida das mulheres cujos objetivos são a transformação das relações de gênero e dos sistemas de dominação em busca do questionamento das relações de poder e de hierarquia com o compromisso de alcançar uma sociedade menos desigual. Dessa forma, considera-se o feminismo uma teoria social, uma corrente filosófica e um movimento político que apresenta críticas à desigualdade dos sexos e promove os direitos das mulheres, seus temas e interesses.

O movimento feminista tem origem na Europa Ocidental do século XVIII. A partir das revoluções ocorridas neste período, o feminismo uniu-se a alguns partidos políticos, incorporando, com isso, seu cunho reivindicatório e, conseqüentemente, ganhando expressão<sup>35</sup>.

O desenvolvimento do sistema capitalista e a explosão da Revolução Francesa (1789-1815) contribuíram para o surgimento dos chamados “partidos de esquerda” e, por estarem em um período de afirmação, estes partidos precisavam de colaboradores e, em contra-partida,

---

<sup>35</sup> Baseamos este tópico nas obras Uma história do feminismo no Brasil de Céli Regina Jardim Pinto, As Mulheres na Historiografia Brasileira de Margareth Rago e História das Mulheres no Brasil de Mary Del Priore, todas devidamente registradas na bibliografia presente ao final desta dissertação.

as mulheres necessitavam de espaço para manifestar as suas reivindicações. Assim, os movimentos feministas ligaram-se aos movimentos políticos como uma “troca de interesses”.

Após um longo período de invisibilidade no século XIX, observa-se o retorno das mulheres ao cenário político durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), no qual algumas mulheres lutaram ao lado dos homens para obterem os mesmos direitos, já que cumpriam os mesmos deveres. Porém, ao final da guerra, elas viram retroceder as antigas teses conservadoras, mantenedoras das mulheres na esfera privada.

Somente nos anos sessenta do século XX, o movimento feminista ganhou forças e aliados em busca da real participação das mulheres na sociedade e na política.

#### **4.2 Os movimentos feministas e o campo político brasileiro**

As raízes do feminismo no Brasil podem ser encontradas nos movimentos pelos direitos políticos do século XIX<sup>36</sup>. Os principais aspectos que os influenciaram foram

“... a escravidão, a tardia emancipação do centro de dominação, o modelo fundiário imposto pelo colonizador português e a influência da Igreja Católica como força política e instrumento de controle social”.<sup>37</sup>

A Constituição Republicana de 1889, em seu processo de elaboração, concedia direito de voto para as mulheres, mas em sua última versão (1891), essa medida foi abolida, pois predominou a idéia de que a política era uma atividade desonrosa para as mulheres.

---

<sup>36</sup> Dados extraídos das obras Uma história do feminismo no Brasil de Céli Regina Jardim Pinto e A Revolução das Mulheres de Moema Toscano e Mirian Goldberg.

<sup>37</sup> Moema Toscano e Mirian Goldberg. A Revolução das Mulheres. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p.33

Em 1922, Bertha Lutz, considerada a pioneira no feminismo brasileiro, fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Este movimento lutava pelo direito de voto, pela escolha do domicílio e pelo trabalho de mulheres sem autorização uxória. Cinco anos depois, em 1927, o estado do Rio Grande do Norte legalizou o voto feminino e a primeira eleitora registrada foi Celina Guimarães Viana.

As mulheres conseguiram efetivamente o direito de votar em 1932. Assim, o Código Eleitoral elaborado em 1933 estendia esse direito e o da representação política às mulheres. A primeira deputada do Brasil, Carlota Pereira de Queirós, participou da Constituinte de 1934, quando foi eleita na legenda da Chapa Única por São Paulo.

Os anos trinta a sessenta foram marcados pela emergência dos movimentos feministas questionadores da opressão masculina e dos modelos de comportamento impostos pela sociedade.

Em meados de 1970, o movimento feminista aparecia em várias frentes, dentre elas: as lutas contra violência sexual, a reivindicação de acesso a métodos contraceptivos, a defesa do aborto, a defesa de direito à cidadania das mulheres e o movimento por melhores condições de vida. Com alguma defasagem temporal, as ressonâncias das reivindicações feitas na Europa e nos Estados Unidos chegam ao Brasil.

O “milagre econômico” promovido pela ditadura militar (1968-1973) gerou um processo de modernização acelerado. Com isso, as mulheres entraram efetivamente no mercado de trabalho e passaram a pleitear direito à cidadania e denunciar as múltiplas formas da dominação patriarcal. Vale lembrar que nesse período o país passava por uma violenta repressão política que afetava a vida pública com a limitação das palavras, ações e espaços de interação social.

Nesse contexto, emergiu um movimento de mulheres pertencentes às camadas médias (na maioria intelectualizada) que buscavam novas formas de expressão da individualidade. Na luta contra a ditadura, essas militantes defrontavam-se com a supremacia masculina dentro das chamadas “organizações de esquerda” que as impediam de participar em condições de igualdade nos movimentos de emancipação política.

Segundo Céli Regina Jardim Pinto, essas mulheres colocavam em xeque as relações de poder estabelecidas no interior dos grupos políticos de esquerda, pois muitas possuíam referências ideológicas marxistas a partir da qual pensavam as relações entre os sexos<sup>38</sup>.

A postura marxista dessas feministas seguia algumas estratégias políticas: almejava o reconhecimento e a legitimidade de um movimento social que colocava as mulheres em destaque e também buscava estabelecer diálogos com os demais setores da esquerda envolvidos na luta pela redemocratização. Importante lembrar que, nesse momento, o marxismo ainda era considerado o principal instrumento teórico de análise no campo da política revolucionária<sup>39</sup>.

Em 1975, a ONU (Organização das Nações Unidas) promoveu o “Ano Internacional da Mulher” e, a partir disso, temas sobre as condições das mulheres passaram a ser objeto de discussão no meio acadêmico e também junto aos profissionais liberais. No mesmo ano aconteceu no México – e simultaneamente no Brasil – o Congresso Internacional da Mulher. O resultado desse movimento foi a criação, em setembro de 1975, do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), órgão responsável por intermediar e articular os objetivos feministas.

O CDMB formou um centro de estudos que promovia seminários, discussões e pesquisas sobre as condições das mulheres; além disso, abrigou diferentes tendências dos

---

<sup>38</sup> Céli Regina Jardim Pinto. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. p.43 et seq.

<sup>39</sup> *Idem*, p. 52

movimentos feministas. Assim como os grupos das “minorias”, as feministas buscavam criar uma linguagem própria, capaz de orientar seus rumos na construção da identidade das mulheres como novos atores políticos.<sup>40</sup>

No final de 1975 foi criado o Movimento Feminista pela Anistia (MFA) com o objetivo de denunciar as repressões impostas aos brasileiros pelo governo militar. A maior parte das militantes teve seus maridos torturados e assassinados pelo governo militar. O MFA era liderado por Terezinha Zerbini – independente de partidos políticos ou outras ideologias – e foi bem recebido pela sociedade, ganhando, dessa forma, legitimidade e um grande número de adeptas. Em 1980, o nome do movimento foi alterado para *Anistia e Liberdades Democráticas* e tornou-se um movimento marcado pelo vigor nacionalista.

A década de oitenta foi bastante promissora para os movimentos feministas. Contudo, 1980 foi um ano de crise para todos os setores políticos e econômicos no Brasil, inclusive para os movimento feministas, pois houve uma forte retração de todos os grupos sociais organizados, mesmo com as mobilizações pela Constituinte e pelas eleições diretas.

O governo brasileiro ratificou, em 1981, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher firmada pela ONU no ano de 1967, em que ficou acertado entre os países signatários o compromisso de eliminar todas as restrições contra as mulheres trabalhadoras. Em consequência disso, algumas empresas e órgãos passaram a aceitar mulheres no quadro de funcionários. É exemplo dessa aceitação a presença feminina nas polícias civil e militar, na Academia Brasileira de Letras e na Petrobrás. A partir dessa Convenção, foram inseridos nos discursos políticos temas sobre a situação das mulheres no país.

---

<sup>40</sup> Ibidem, p.56 et. seq.

Em 1983, com o decreto oficial de Franco Montoro<sup>41</sup>, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina. Dois anos depois, em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que foi:

“... o resultado de uma mobilização que começou com a Campanha das Diretas Já em 1983, quando novamente as oposições se uniram em torno de uma única bandeira e foi instituído o Movimento das Mulheres pelas Diretas Já.”<sup>42</sup>

Neste mesmo ano, mulheres de diversos partidos ocuparam 26 cadeiras como deputadas constituintes, dando maior representatividade e significância aos direitos das mulheres<sup>43</sup>.

Após a afirmação do feminismo como movimento social e político que lutava pelos direitos das mulheres e pela redemocratização do país, as militantes dos movimentos feministas passaram a vislumbrar uma nova concepção da política, e ampliaram as reivindicações que constituíam o campo das temáticas feministas na esfera pública.

Dessa forma, questões outrora tidas como essencialmente femininas e restritas à esfera privada<sup>44</sup>, ou seja, não pertencentes ao campo político masculino, foram levadas à esfera pública, a partir da utilização de uma linguagem especificamente feminina. Isto implicava, no campo conceitual, à emergência de uma “epistemologia feminista” inovadora em suas problematizações e conceitualizações, para apreender as diferenças<sup>45</sup>.

---

<sup>41</sup> Governador do estado de São Paulo na época.

<sup>42</sup> JARDIM PINTO, Op. Cit p.71

<sup>43</sup> Fanny Tabak. A Mulher Brasileira no Congresso Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1989. p.117

<sup>44</sup> Citamos como exemplo as questões relativas ao corpo, ao desejo, à sexualidade, à saúde, entre outros.

<sup>45</sup> Margareth Rago. As mulheres na historiografia brasileira. In: *Cultura histórica em debate*. São Paulo: Ed.UNESP, 1998. p.34

As questões da esfera privada passaram a ter visibilidade e dizibilidade<sup>46</sup> tanto na prática do dia-a-dia dos grupos feministas, quanto nos debates acadêmicos. Em consequência dessa visibilidade, os movimentos feministas brasileiros passaram a defender as seguintes bandeiras: combate à violência doméstica e à discriminação no trabalho; contribuição das mulheres nos diversos movimentos históricos e culturais do país; e a legalização do aborto<sup>47</sup>.

### **4.3 Principais reivindicações da Plataforma Política Feminista**

A conquista do voto feminino no Brasil completou 70 anos em 2002, por isso, ativistas de organizações de mulheres de todo o país reuniram-se em Brasília – DF para elaborar uma Plataforma Política Feminista em prol da democracia,

“... com justiça social e igualdade, apresentando uma série de desafios urgentes que precisam ser enfrentados pela sociedade e pelo Estado, visando assegurar a concretização do que já foi conquistado pelas mulheres e buscando o que ainda falta alcançar”.<sup>48</sup>

De acordo com esta plataforma, o movimento de mulheres vem se firmando como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização política e de mudança de mentalidades<sup>49</sup>.

As principais reivindicações presentes na Plataforma Política Feminista aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras de 2002 foram:

1. Defesa e promoção da participação do movimento organizado de mulheres em instâncias de formulação, fiscalização e controle de orçamentos e de políticas públicas;

---

<sup>46</sup> Expressão utilizada por Deleuze e citada por Margareth Rago no texto As mulheres na historiografia brasileira, op. cit.

<sup>47</sup> Atualmente só permitido em condições excepcionais.

<sup>48</sup> Plataforma Política Feminista Aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora Ltda., 2002. p. 13

2. Fortalecimento de organismos formuladores de políticas públicas dirigidas à igualdade de gênero e cidadania das mulheres;
3. Adoção de medidas afirmativas na política mediante a implantação de cotas por sexo para as instâncias de direção e poder;
4. Defesa e promoção da não discriminação por sexo, orientação sexual, raça, etnia, cor, condição física, mental ou social, idade, estado civil, religião, ideologia e origem;
5. Combate aos crimes de discriminação e de preconceito;
6. Direito à constituição de parceria civil entre pessoas do mesmo sexo;
7. Legalização do aborto;
8. Defesa e promoção da educação pública e de qualidade em todos os níveis (infantil, fundamental, médio e superior);
9. Implantação da educação sexual nas escolas;
10. Implantação de currículos escolares e materiais didáticos que promovam o respeito às diferenças de gênero, raça, etnia, cor, idade, condição física, mental e social, orientação sexual, religiosa, ideológica e de origem;
11. Defesa e promoção da saúde sexual e reprodutiva pelo SUS por meio de programas de prevenção, detecção e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis e dos cânceres de mama e de colo de útero;
12. Implantação pelo SUS, de programas voltados para a saúde mental, em especial de tratamento psicológico às mulheres e aos homens em situação de violência;

---

<sup>50</sup> *Idem*, p.14

13. Consolidação pelo SUS, do serviço de aborto nos casos previstos em lei (gravidez decorrente de estupro ou com risco de vida para a mulher) ou por decisão judicial (anomalias fetais), assistência à concepção, contracepção e interrupção da gravidez;
14. Fortalecimento de programas e medidas de prevenção e combate à violência de gênero, tais como: centros de referência da mulher com atendimento social, jurídico e psicológico às mulheres em situação de violência; delegacias especializadas de atendimento à mulher; abrigos temporários para mulheres em situação de violência, acompanhadas de seus filhos; e núcleos de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, nas defensorias públicas;
15. Combate à exploração e ao turismo sexual que atinge crianças e adolescentes;
16. Promoção de programas e medidas de prevenção e combate às discriminações contra as mulheres no mercado de trabalho, em termos de admissão, salário e benefícios, promoção, capacitação e ocupação de cargos de chefia;
17. Elaboração e implantação de programas de formação, capacitação e aperfeiçoamento profissional para mulheres;
18. Defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários: licença e salário maternidade, estabilidade das gestantes e adotantes, tempo e local adequado para amamentação, aposentadoria diferenciada, entre outros.

## **CAPÍTULO 5**

### **AÇÃO PARLAMENTAR DAS SENADORAS E OS MOVIMENTOS FEMINISTAS**

Com o exame particularizado da atuação de cada senadora em seus pronunciamentos e matérias legislativas, conforme tabela 15, foi possível verificar especial interesse pela instituição de símbolos e temas categorizados como “setores estratégicos”. Observou-se, também, grande empenho pelas questões voltadas para a Unidade da Federação de origem das senadoras, preservação do meio ambiente, questões ligadas à economia e temas ligados às práticas administrativas realizadas no Senado Federal.

No capítulo anterior, foram levantadas as reivindicações da Plataforma Política Feminista de 2002, dentre as quais: questões concernentes à saúde reprodutiva, capacitação de mulheres para a arena política, debates sobre sexualidade, apoio às causas das mulheres negras contra o racismo e formas correlatas de intolerância.

A partir dessas informações e análises, a associação entre as ações parlamentares das senadoras e as reivindicações citadas pode ser efetuada.

#### **5.1 Temáticas presentes na Plataforma Política Feminista e nas ações parlamentares**

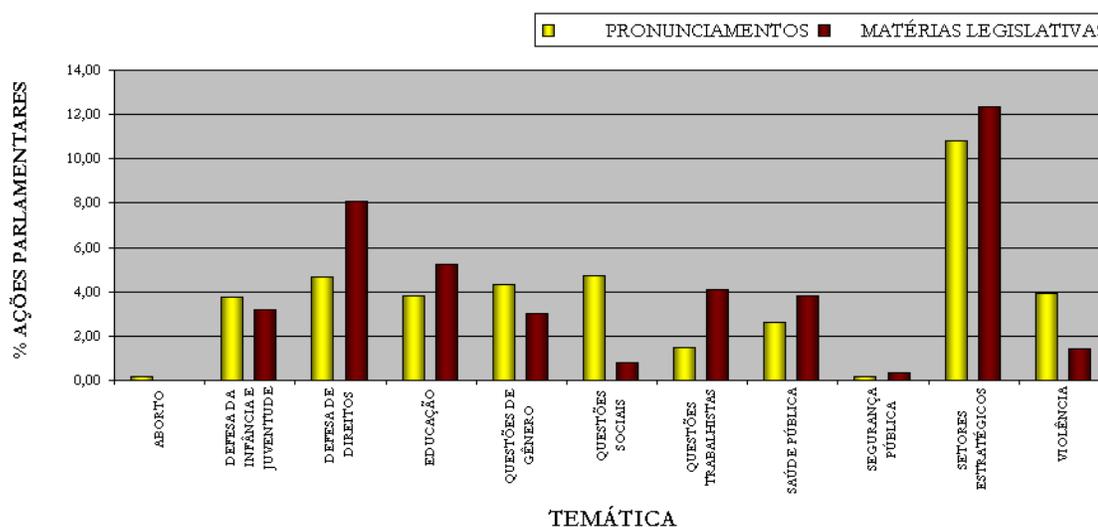
A tabela 18 e o gráfico 5 mostram a distribuição das 11 temáticas PRESENTES na Plataforma Política Feminista e referenciadas nos pronunciamentos e matérias legislativas:

**Tabela 18 – Distribuição das temáticas apresentadas nos pronunciamentos e matérias legislativas das senadoras (em relação ao total global) e PRESENTES na Plataforma Política Feminista. Senado Federal, 1987 – 2003.**

TEMÁTICAS PRESENTES	PRONUNCIAMENTOS		MATÉRIAS LEGISLATIVAS	
	Nº	% EM RELAÇÃO AO TOTAL GLOBAL	Nº	% EM RELAÇÃO AO TOTAL GLOBAL
ABORTO	3	0,16	0	0,00
DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	73	3,78	20	3,16
DEFESA DE DIREITOS	90	4,67	51	8,06
EDUCAÇÃO	74	3,84	33	5,21
QUESTÕES DE GÊNERO	83	4,30	19	3,00
QUESTÕES SOCIAIS	91	4,72	5	0,79
QUESTÕES TRABALHISTAS	29	1,50	26	4,11
SAÚDE PÚBLICA	51	2,64	24	3,79
SEGURANÇA PÚBLICA	3	0,16	2	0,32
SETORES ESTRATÉGICOS	209	10,83	78	12,32
VIOLÊNCIA	76	3,94	9	1,42
<b>TOTAL</b>	<b>782</b>	<b>40,54</b>	<b>267</b>	<b>42,18</b>

Fonte: Base de dados do Senado Federal.

**Gráfico 5 - Distribuição da porcentagem (em relação ao total global) dos pronunciamentos e matérias legislativas das senadoras segundo temáticas PRESENTES na Plataforma Política Feminista. Senado Federal, 1987 – 2003.**



Fonte: Base de dados do Senado Federal.

O gráfico 5 descreve que há, de forma geral, uma regularidade na frequência das temáticas presentes nos pronunciamentos e matérias legislativas. Chama a atenção o fato de que o assunto dominante em ambas as práticas parlamentares foi “setores estratégicos”, quando o esperado era, pelo histórico das reivindicações feministas, que os maiores índices versassem sobre aborto, defesa de direitos e questões de gênero. A temática “aborto” aparece em menos de 0,5% dos pronunciamentos e em nenhuma matéria legislativa.

## **5.2 Temáticas presentes na Plataforma Política Feminista e ausentes nas ações parlamentares**

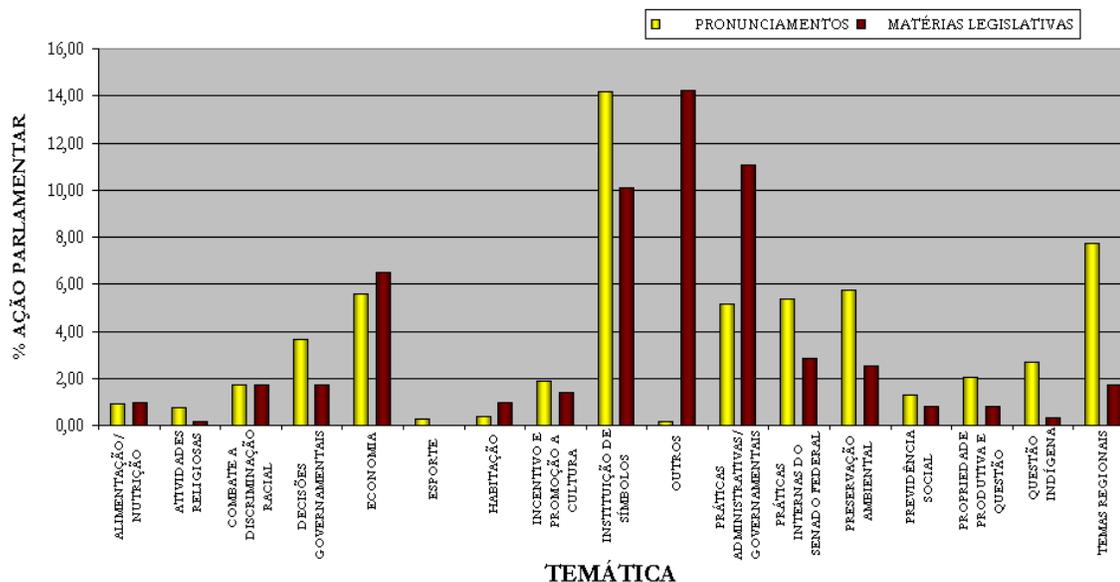
Após a verificação das temáticas presentes nas práticas discursivas e políticas das senadoras, a tabela 19 e o gráfico 6 expõem a distribuição das principais temáticas AUSENTES na Plataforma Política Feminista, mas referenciadas nos pronunciamentos e matérias legislativas:

**Tabela 19 – Distribuição das temáticas apresentadas nos pronunciamentos e matérias legislativas das senadoras (em relação ao total global) e AUSENTES na Plataforma Política Feminista. Senado Federal, 1987 – 2003.**

TEMÁTICAS AUSENTES	PRONUNCIAMENTOS		MATÉRIAS LEGISLATIVAS	
	Nº	% EM RELAÇÃO AO TOTAL GLOBAL	Nº	% EM RELAÇÃO AO TOTAL GLOBAL
ALIMENTAÇÃO/NUTRIÇÃO	18	0,93	6	0,95
ATIVIDADES RELIGIOSAS	15	0,78	1	0,16
COMBATE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL	33	1,71	11	1,74
DECISÕES GOVERNAMENTAIS	70	3,63	11	1,74
ECONOMIA	108	5,60	41	6,48
ESPORTE	5	0,26	0	0,00
HABITAÇÃO	7	0,36	6	0,95
INCENTIVO E PROMOÇÃO A CULTURA	36	1,87	9	1,42
INSTITUIÇÃO DE SÍMBOLOS	273	14,15	64	10,11
OUTROS	3	0,16	90	14,22
PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS/GOVERNAMENTAIS	99	5,13	70	11,06
PRÁTICAS INTERNAS DO SENADO FEDERAL	104	5,39	18	2,84
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	111	5,75	16	2,53
PREVIDÊNCIA SOCIAL	25	1,30	5	0,79
PROPRIEDADE PRODUTIVA E QUESTÃO FUNDIÁRIA	39	2,02	5	0,79
QUESTÃO INDÍGENA	52	2,70	2	0,32
TEMAS REGIONAIS	149	7,72	11	1,74
<b>TOTAL</b>	<b>1147</b>	<b>59,46</b>	<b>366</b>	<b>57,82</b>

Fonte: Base de dados do Senado Federal.

**Gráfico 6 - Distribuição da porcentagem (em relação ao total global) dos pronunciamentos e matérias legislativas das senadoras segundo temáticas AUSENTES na Plataforma Política Feminista. Senado Federal, 1987 – 2003.**



Fonte: Base de dados do Senado Federal.

A análise dos dados obtidos na tabela 19 e gráfico 6 permite observar que, assim como nas temáticas presentes na Plataforma Política Feminista, as atuações parlamentares discursivas e políticas não referenciadas em tal Plataforma também oscilam da mesma forma.

O gráfico indica que a temática de maior preocupação das parlamentares foi a instituição de símbolos e, como consequência disso, ficaram à margem de suas preocupações temas importantes para o desenvolvimento menos injusto da sociedade brasileira, entre eles: a habitação, o esporte, o incentivo e promoção à cultura e a Previdência Social.

A grande incidência de temas não relacionadas com as principais reivindicações dos movimentos feministas brasileiros indica que as práticas discursivas e políticas das senadoras, no período analisado, não correspondem às bandeiras defendidas pelos movimentos feministas, ou seja, há mais divergências que compatibilidades entre os interesses destas parlamentares e dos movimentos feministas, conforme pode se observar:

- **Alimentação/Nutrição:** temática não referenciada na Plataforma Política Feminista e pouco discutida pelas parlamentares do Senado, sendo 18 pronunciamentos (0,93%) e 6 matérias legislativas (0,95%);
- **Aborto:** tema muito abordado pela Plataforma Política Feminista, porém é a questão menos discutida pelas parlamentares, com apenas 3 pronunciamentos (0,16%) e nenhuma matéria legislativa;
- **Atividades Religiosas:** temática não referenciada na Plataforma Política Feminista e pouco discutida pelas parlamentares do Senado, sendo 15 pronunciamentos (0,78%) e apenas uma matéria legislativa (0,16%);
- **Combate a Discriminação Racial:** temática não referenciada na Plataforma Política Feminista e pouco discutida pelas parlamentares, sendo 33 pronunciamentos (1,71%) e 11 matérias legislativas (1,74%);
- **Decisões Governamentais:** temática não referenciada na Plataforma Política Feminista. Observa-se uma quantidade de pronunciamentos superior à média (3,63%) e número inferior à média quanto às matérias legislativas (1,74%);
- **Defesa da Infância e Juventude:** tema abordado pela Conferência Nacional de Mulheres de 2002. Verifica-se quantidade de pronunciamentos superior à média (3,78%) e matérias legislativas abaixo da média (3,16%);
- **Defesa de Direitos:** tema muito abordado pela Plataforma Política Feminista e também presente nos pronunciamentos (4,67%) e matérias legislativas (8,06%);
- **Economia:** temática não referenciada na Plataforma Política Feminista, mas muito discutida pelas senadoras: 108 pronunciamentos (5,60%) e 41 matérias legislativas (6,48%);
- **Educação:** o documento produzido pela Conferência Nacional de Mulheres de 2002 indica preocupação com políticas públicas voltadas para a área da educação e também com o

nível educacional das militantes. Para as senadoras, a educação é tema importante, sendo encontrado em 74 pronunciamentos (3,84%) e 33 matérias legislativas (5,21%);

– **Esporte:** temática não referenciada na Plataforma Política Feminista e pouco discutida pelas senadoras, com apenas 5 pronunciamentos (0,26%) e nenhuma matéria legislativa;

– **Habitação:** temática não referenciada na Plataforma Política Feminista e pouco discutida pelas parlamentares, com somente 7 pronunciamentos (0,36%) e 6 matérias legislativas (0,95%);

– **Incentivo e Promoção à Cultura:** temática não referenciada na Plataforma Política Feminista e pouco discutida pelas parlamentares: 36 pronunciamentos (1,87%) e 9 matérias legislativas (1,42%);

– **Instituição de Símbolos:** temática não referenciada na Plataforma Política Feminista, mas ocupa posição de destaque nos pronunciamentos das senadoras (14,15%) e nas matérias legislativas (10,11%);

– **Outros:** temática não categorizada pela Conferência Nacional de Mulheres de 2002. Observa-se um número pequeno de pronunciamentos (0,16%), mas grande quantidade de matérias legislativas (14,22%);

– **Práticas Administrativas/Governamentais:** temática não referenciada na Plataforma Política Feminista, mas muito discutida pelas senadoras: 99 pronunciamentos (5,13%) e 70 matérias legislativas (11,06%);

– **Práticas Internas do SF:** temática não referenciada na Plataforma Política Feminista. Observa-se grande quantidade de pronunciamentos (5,39%), porém poucas matérias legislativas (2,84%) versando sobre este tema;

– **Preservação Ambiental:** temática não referenciada na Plataforma Política Feminista, mas muito utilizada em pronunciamentos (5,75%) e pouco em matérias legislativas (2,53%);

- **Previdência Social:** temática não referenciada na Plataforma Política Feminista e pouco abordada pelas parlamentares, sendo 25 pronunciamentos (1,30%) e 5 matérias legislativas (0,79%);
- **Propriedade Produtiva e Questão Fundiária:** temática não referenciada na Plataforma Política Feminista e pouco tratado pelas parlamentares, sendo 39 pronunciamentos (2,02%) e 5 matérias legislativas (0,79%);
- **Questão Indígena:** temática não referenciada na Plataforma Política Feminista e pouco tratada pelas parlamentares, sendo 52 pronunciamentos (2,70%) e 2 matérias legislativas (0,32%);
- **Questões de Gênero:** tema frequentemente presente no documento produzido pela Conferência Nacional de Mulheres de 2002. Encontra-se entre os 10 temas mais abordados nos pronunciamentos (4,30%) pelas parlamentares e utilizado com número inferior à média (3,00%) nas matérias legislativas;
- **Questões Sociais:** tema presente no documento produzido pela Conferência Nacional de Mulheres de 2002. Encontra-se também entre os 10 temas mais utilizados em pronunciamentos (4,72%) pelas parlamentares e entre os 10 menos utilizados (0,79%) nas matérias legislativas;
- **Questões Trabalhistas:** tema muito abordado pela Plataforma Política Feminista e pouco tratado nos pronunciamentos (1,50%), mas encontra-se em grande número de matérias legislativas (4,11%);
- **Saúde Pública:** tema abordado pela Plataforma Política Feminista e pouco tratado nos pronunciamentos (2,64%), mas encontra-se em grande número de matérias legislativas (3,79%);

- **Segurança Pública:** tema abordado pela Plataforma Política Feminista e pouco tratado pelas senadoras. Encontra-se entre as temáticas menos frequentes, tanto nos pronunciamentos (0,16%) quanto nas matérias legislativas (0,32%);
- **Setores Estratégicos:** tema constantemente abordado pela Plataforma Política Feminista e pelas parlamentares, tanto nos pronunciamentos (10,83%) quanto nas matérias legislativas (12,32%). É o segundo tema em preferência das senadoras;
- **Temas Regionais:** temática não referenciada na Plataforma Política Feminista. Observa-se grande quantidade de pronunciamentos (7,72%), porém poucas matérias legislativas (1,74%) utilizando este tema;
- **Violência:** tema presente no documento produzido pela Conferência Nacional de Mulheres de 2002, principalmente no que se refere à violência contra as mulheres. Em relação às senadoras, utilizam em quantidade superior à média em relação aos pronunciamentos (3,94%), mas em pequena quantidade (1,42%) nas matérias legislativas.

A fim de verificar a existência de associação entre a atividade parlamentar e as demandas clássicas dos movimentos feministas, foi utilizado o teste estatístico *qui-quadrado*, que devolveu um valor  $P=0,4663$ . Dado esta estatística, é possível concluir que, em termos gerais, tal associação não é estatisticamente significativa ( $P>0,05$ ).

Os cálculos foram feitos com o auxílio das fórmulas presentes em <http://graphpad.com/quickcalcx/contingency2.cfm>, acesso em 10 de Fevereiro de 2006.

## CONCLUSÕES FINAIS

Ao utilizar a categoria bourdieusiana de campo, a pesquisa mapeou o campo político brasileiro por meio do exame dos pronunciamentos e das matérias legislativas propostos pelas representantes femininas no Senado Federal, o que permitiu compreender os valores e interesses destas senadoras. No que diz respeito ao *habitus*, buscou-se encontrar as possíveis especificidades ou singularidades fundadas a partir do universo de nossa pesquisa.

Na apuração dos elementos indicadores da natureza da participação das senadoras no campo da política brasileira, verificou-se, dentre as temáticas avaliadas, uma leve prevalência de pronunciamentos interessados com a instituição de símbolos (14,15%) e assuntos ligados a setores estratégicos (10,83%). De certa forma, esta tendência foi mantida nas matérias legislativas que versavam sobre as mesmas temáticas (10,11% e 12,32% respectivamente). Entretanto, estas práticas políticas também revelaram preocupação com considerações sobre licenças, pedidos de ausência e outros temas não-relacionados na categorização elaborada – caracterizados como temática outros (14,22%) – e com as práticas administrativas / governamentais, tais como fiscalização da atuação dos poderes Executivo e Judiciário, solicitação e prestação de contas, revisão de dispositivos legais (11,06%).

Na análise dos dados obtidos foi possível observar que as ações parlamentares das senadoras nas 48ª a 51ª legislaturas não traduzem as bandeiras defendidas pelos movimentos feministas, pois existem mais divergências que convergências entre os interesses das senadoras e os da Plataforma Política defendida pelos movimentos feministas brasileiros; visto que as temáticas mais relevantes dos pronunciamentos e matérias legislativas não estão correlacionadas com as principais reivindicações desta Plataforma.

Das 28 temáticas categorizadas na pesquisa, apenas 11 representavam reivindicações da Plataforma Política Feminista, e tinham baixa representatividade em relação ao total de ações

parlamentares, a saber: aborto (0,16% dos pronunciamentos e nenhuma matéria legislativa), defesa da infância e juventude (3,78% dos pronunciamentos e 3,16% das matérias legislativas), defesa de direitos (4,67% e 8,06% respectivamente), educação (3,84% e 5,21% idem), questões de gênero (4,30% e 3,00%), questões sociais (4,72% e 0,79%), questões trabalhistas (1,50% e 4,11%), saúde pública (2,64% e 3,79%), segurança pública (0,16% e 0,32%), setores estratégicos (10,83% e 12,32%) e violência (3,94% e 1,42%).

Após o mapeamento do campo político das senadoras, identificou-se também que a atuação hegemônica (*habitus*) destas parlamentares é voltada principalmente para instituição de símbolos, setores estratégicos, questões sobre o local de origem das senadoras, preservação do meio ambiente, economia, práticas administrativas realizadas no Senado Federal, considerações sobre licenças, pedidos de ausência e práticas administrativas/ governamentais. Porém, a temática “outros”, a mais freqüente do espaço amostral, possuía baixa representatividade em relação ao total de ações parlamentares (apenas 14,22% das matérias legislativas).

Portanto, o estudo apresentado revelou a dificuldade de se identificar questões hegemônicas (*habitus*) da bancada feminina no Senado Federal; já que as propostas das senadoras estão fragmentadas. Além disto, observou-se uma total autonomia das senadoras em relação às principais reivindicações da Plataforma Política Feminista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Lúcia. Mulheres na Elite Política Brasileira. São Paulo: UNESP/Konrad-Adenauer, 2002.

.....O Segundo Eleitorado: Tendências do Voto Feminino. Campinas: Ed. UNICAMP, 1989.

.....Mulher e Política: o Mito da Igualdade. In: *Revista Social Democracia Brasileira*. Brasília, nº2, p.40-53, mar.2002.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Ed. USP, 1996.

.....A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1992.

.....A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002.

.....Dominação Masculina. São Paulo: Ed. ZOUK, 2001.

.....Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

.....Lições de Aula – Aula inaugural proferida no Collège de France em 23 de Abril de 1982. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

.....O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

.....Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

.....Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. Proposições legislativas sobre questões femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004. Brasília: Senado Federal, Comissão Temporária do Ano da Mulher: Subsecretaria de Arquivo, 2004.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. Senadoras: dados biográficos: 1979-2004. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 2004.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. Portal de Pesquisas Legislativas – Matérias Legislativas – MATE – Base de dados. Disponível em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em Dezembro de 2004.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. Portal de Pesquisas Legislativas – Pronunciamentos. Base de dados. Disponível em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em Dezembro de 2004.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. Portal de Pesquisas Legislativas – Comissões. Base de dados. Disponível em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em Dezembro de 2004.

CHAPMAN, Jenny. The Feminist Perspective. In: MARSH, David & STOKER, Gerry. *Theory and Methods in Political Science*. Nova York: St. Martin's Press, 1995.

Constituição da República Federativa do Brasil. Texto atualizado disponível em: [www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br). Acesso em Agosto de 2005.

CORDEIRO, Adriana Rozinholi. A mulher no Congresso Nacional: uma análise da relação gênero e política. Brasília: Ed. UnB, 1996.

CORREIA, João Carlos. Pierre Bourdieu: Sociólogo Cidadão. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obex04.html>. Acesso em 1º de Dezembro de 2004.

GROSSI, Miriam Pillar. Transformando a diferença: as mulheres na política. In: *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.9, nº1, p.167-230, 2001.

HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1950 – 1937). Brasília: Ed. Brasiliense, 1981.

JARDIM PINTO, Céli Regina. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

JUCOVSKY, Vera L. Representação política da mulher. São Paulo: J.Oliveira, 2000.

LAMOUNIER, Bolívar. Partidos Políticos. Disponível em: [www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/consnac/orgpol/oposicao/partpol/apresent.htm](http://www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/consnac/orgpol/oposicao/partpol/apresent.htm). Acesso em 12 de Dezembro de 2005.

LUSTOSA SOBRINHO, Joaquim. A participação política da mulher. In: *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, v.25, nº100, p.113-116, out./dez. 1988.

MARSHALL, T.H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar, S/d.

MIGUEL, Sônia Malheiros. A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras experiências no legislativo brasileiro. Brasília: CFEMEA, 2000.

PHILLIPS, Anne. Democracy and Difference. Cambridge: Polity Press, 1993.

PINTO, Louis. Pierre Bourdieu e a Teoria do Mundo Social. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

Plataforma Política Feminista Aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora Ltda., 2002.

PRA, Jussara Reis. 20 anos de eleições no Brasil: o dilema da mulher na política. CFêmea, Brasília, v.6, nº67, p.6, ago. 1998.

PRIORI, Mary Del. (Org.) História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1998.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: RAGO, Margareth e outros (Org.) *Cultura histórica em debate*. São Paulo: Ed.UNESP, 1998.

.....Epistemologia feminista, gênero e história. In PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Mirian e outras (Org.) *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

.....Libertar a História. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda e VEIGA-NETO, Alfredo (Org.) *Imagens de Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. In: *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v.2, nº2, p.113-128, jul./dez. 1990.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. Papel político da mulher na atualidade. In: *A mulher brasileira*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962. p 93-124.

SAFFIOTI, Helleieth I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAFFIOTI, Helleieth I. B. e VARGAS, Monica Muñoz (Org.). Mulher Brasileira É Assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SEMINÁRIO MULHER - POLÍTICA E PODER NO MUNDO CONTEMPORÂNEO. Brasília: Instituto Tancredo Neves, [19-?].

SOIHET, Raquel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

.....História das mulheres e relações de gênero: debatendo algumas questões. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/16.shtml>. Acesso em 10 de Outubro de 2005.

TABAK, Fanny. A Mulher Brasileira no Congresso Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1989.

.....Mulher e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: PUC, 1987.

.....Autoritarismo e participação política da mulher. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TABAK, Fanny e TOSCANO, Moema (Org.) Mulher e Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Teste estatístico qui-quadrado. Disponível em:

<http://graphpad.com/quickcalcx/contingency2.cfm>. Acesso em 10 de Fevereiro de 2006.

TOSCANO, Moema; GOLDBERG, Mirian. A Revolução das Mulheres. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

WACQUANT, Loïc. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, nº19, p.95-110, nov. 2002.

WEISSHEIMER, Marco. O legado crítico de Pierre Bourdieu. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/010/10bourdieu02.htm>. Acesso em 1º de Dezembro de 2004.

YOUNG, Íris Marion. Inclusion and Democracy. Oxford: Oxford University Press, 2001.